

ANO III - EDIÇÃO Nº 478 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 15 de março de 2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 151/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça CYNTHIA ASSIS DE PAULA para atuar, conjuntamente com o Promotor de Justiça CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA, na 3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis, no período de 13 a 27 de março de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de março de 2018.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 152/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora ELINE NUNES CARNEIRO, matrícula nº 119513, para, em substituição, exercer o cargo de Chefe do Departamento Administrativo, nos dias 28/02/2018; 1º e 03/03/2018, durante o afastamento para tratamento de saúde do titular do cargo Enoque Barbosa de Sousa.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 13 de março de 2018.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

APOSTILA Nº 014/2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

APOSTILAR a Portaria nº 087/2018, que Revogou a Portaria nº 806/2017.

ONDE SE LÊ: “REVOGAR a Portaria nº 806/2017, a partir de 05 de fevereiro de 2018, que admitiu HILDÉSIA MARIA RODRIGUES TELES SANCHES como prestadora de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 5ª Promotoria de Justiça da Capital – TO, nos seguintes dias da semana: segunda a sexta-feira, no horário de 14h às 17h, no período de 20/11/2017 a 20/11/2019.”

LEIA-SE: “REVOGAR a Portaria nº 806/2017, a partir de 05 de fevereiro de 2018, que admitiu HILDÉSIA MARIA RODRIGUES TELES SANCHES como prestadora de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 2ª Promotoria de Justiça da Capital – TO, nos seguintes dias da semana: segunda a sexta-feira, no horário de 14h às 17h, no período de 20/11/2017 a 20/11/2019.”

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de março de 2018.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: MARCELO LIMA NUNES

DESPACHO Nº 117/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça MARCELO LIMA NUNES, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 02 e 03 de abril de 2018, em compensação aos dias 04 e 05/02/2017, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 14 de março de 2018.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

DIRETORIA-GERAL

ATO CHGAB/DG Nº 004/2018

Homologa o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho – APD de servidor(es) dos Quadros Auxiliares de Provimento Efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033/2017, de 03 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e no ATO nº 064/2016, de 19 de julho de 2016, com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Periódica de Desempenho – APD, de servidor(es) efetivo(s) e estável(is) dos quadros auxiliares de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 09 de março de 2018.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
P.G.J.

Uiliton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J.

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 004/2018, DE 09 DE MARÇO DE 2018
RESULTADO DA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO - APD

AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO – APD RESULTADO DA AVALIAÇÃO					
Ord.	Mat.	Nome Servidor	Cargo	Data Referência	Resultado da Avaliação
1	111611	Crisley Glaucea Tavares Sales	Analista Ministerial	01/02/2018	Aprovado
2	30901	Adelma Cunha Freire de Carvalho	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
3	14693	Alan Furtado Silva	Motorista	13/02/2018	Aprovado
4	30201	Ana Patricia de Aguiar	Técnico Ministerial	13/02/2018	Aprovado
5	30701	Cleide Cardoso de Almeida	Técnico Ministerial	13/02/2018	Aprovado
6	20199	Elaine Borges Silva	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
7	19498	Fabiana Oliveira dos Santos	Técnico Ministerial	13/02/2018	Aprovado
8	31101	Fernanda da Silva Oliveira Sousa	Técnico Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
9	22999	Huan Carlos Borges Tavares	Técnico Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
10	21699	Iracema Alves de Brito	Auxiliar Ministerial	13/02/2018	Aprovado
11	94509	Joao Ricardo de Araújo Silva	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
12	29701	Jose Pereira de Oliveira	Motorista	13/02/2018	Aprovado
13	30801	Juliana Gomes dos Santos Borges Bucar	Técnico Ministerial	13/02/2018	Aprovado
14	29901	Kedima Pereira Lima	Auxiliar Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
15	30101	Lucia Vania Castilho Trindade	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
16	30401	Marcia Regina Dias	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
17	16595	Marco Antonio Rodrigues Benevides	Motorista	13/02/2018	Aprovado
18	20799	Marco Tullio Tavares	Técnico Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
19	2189	Maronilda Oliveira Alvarenga	Técnico Ministerial	13/02/2018	Aprovado
20	18898	Messias Jose Goulart	Motorista	13/02/2018	Aprovado
21	18697	Mougreacia Leandro Monteiro Melo	Técnico Ministerial	13/02/2018	Aprovado
22	31301	Protazio Nery Figueiredo	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
23	30001	Saldanha Dias Valadares Neto	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
24	30301	Sergio de Oliveira Santos	Analista Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
25	21599	Simone Leandro Nogueira Silva	Auxiliar Ministerial Especializado	13/02/2018	Aprovado
26	94609	Carlos Osma de Almeida	Analista Ministerial Especializado	20/02/2018	Aprovado
27	23299	Monica Pereira Brito	Analista Ministerial Especializado	21/02/2018	Aprovado
28	98610	Frederico Ferreira Frota	Técnico Ministerial Especializado	22/02/2018	Aprovado
29	79807	Lilian Claudia de Paula	Analista Ministerial	27/02/2018	Aprovado
30	78307	Liana Klebis Bovo	Analista Ministerial	28/02/2018	Aprovado

ATO CHGAB/DG Nº 005/2018

Homologa o resultado da Progressão Funcional Horizontal ou Vertical de servidor(es) efetivo(s) e estável(is) do Ministério Público do Estado do Tocantins, na forma que especifica.

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA em conjunto com o DIRETOR-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 033, de 03 de abril de 2017, tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da Progressão Funcional de servidor(es) efetivo(s) e estável(is) dos quadros auxiliares de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Tocantins, progredido(s) horizontalmente ou verticalmente para o padrão subsequente da classe, conforme disposto no anexo único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 09 de março de 2018.

Francisco Rodrigues de Souza Filho
 Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete
 P.G.J

Uilton da Silva Borges
 Diretor-Geral

P.G.J.

ANEXO ÚNICO AO ATO CHGAB/DG Nº 005/2018, DE 09 DE MARÇO DE 2018
RESULTADO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL/VERTICAL

Ord.	Mat.	Nome Servidor	Cargo	Classe/ Padrão Anterior	Classe/ Padrão Atual	Data da Progressão
1	111611	Crisley Glaucea Tavares Sales	Analista Ministerial	HA4	HA5	01/02/2018
2	30901	Adelma Cunha Freire de Carvalho	Analista Ministerial Especializado	IC4	IC5	13/02/2018
3	30201	Ana Patricia de Aguiar	Técnico Ministerial	EB8	EB9	13/02/2018
4	30701	Cleide Cardoso de Almeida	Técnico Ministerial	EB9	EC1	13/02/2018
5	20199	Elaine Borges Silva	Analista Ministerial Especializado	IB9	IC1	13/02/2018
6	19498	Fabiana Oliveira dos Santos	Técnico Ministerial	EB9	EC1	13/02/2018
7	31101	Fernanda da Silva Oliveira Sousa	Técnico Ministerial Especializado	FB9	FC1	13/02/2018
8	22999	Huan Carlos Borges Tavares	Técnico Ministerial Especializado	FB9	FC1	13/02/2018
9	21699	Iracema Alves de Brito	Auxiliar Ministerial	AB9	AC1	13/02/2018
10	94509	Joao Ricardo de Araújo Silva	Analista Ministerial Especializado	IB1	IB2	13/02/2018
11	29701	Jose Pereira de Oliveira	Motorista	CB9	CC1	13/02/2018
12	29901	Kedima Pereira Lima	Auxiliar Ministerial Especializado	BB9	BC1	13/02/2018
13	30101	Lucia Vania Castilho Trindade	Analista Ministerial Especializado	IB9	IC1	13/02/2018
14	30401	Marcia Regina Dias	Analista Ministerial Especializado	IC4	IC5	13/02/2018
15	16595	Marco Antonio Rodrigues Benevides	Motorista	CB9	CC1	13/02/2018
16	20799	Marco Tullio Tavares	Técnico Ministerial Especializado	FB9	FC1	13/02/2018
17	2189	Maronilda Oliveira Alvarenga	Técnico Ministerial	EB9	EC1	13/02/2018
18	18898	Messias Jose Goulart	Motorista	CB9	CC1	13/02/2018
19	18697	Mougreacia Leandro Monteiro Melo	Técnico Ministerial	EB9	EC1	13/02/2018
20	31301	Protazio Nery Figueiredo	Analista Ministerial Especializado	IC1	IC2	13/02/2018
21	30001	Saldanha Dias Valadares Neto	Analista Ministerial Especializado	IC4	IC5	13/02/2018
22	30301	Sergio de Oliveira Santos	Analista Ministerial Especializado	IC1	IC2	13/02/2018
23	21599	Simone Leandro Nogueira Silva	Auxiliar Ministerial Especializado	BB9	BC1	13/02/2018
24	94609	Carlos Osma de Almeida	Analista Ministerial Especializado	IB1	IB2	20/02/2018
25	23299	Monica Pereira Brito	Analista Ministerial Especializado	IC4	IC5	21/02/2018
26	98610	Frederico Ferreira Frota	Técnico Ministerial Especializado	FA6	FB1	22/02/2018
27	79807	Lilian Claudia de Paula	Analista Ministerial	HB2	HB3	27/02/2018
28	78307	Liana Klebis Bovo	Analista Ministerial	HA6	HB1	28/02/2018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO nº. 001/2018/CPJ

Altera os artigos 33, 58, 59, 60, 80 e 82, acresce e renumera dispositivos da Resolução nº 008/2015/CPJ, que "Dispõe sobre o Regimento Interno do Ministério Público do Estado do Tocantins."

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, da Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e, conforme deliberação tomada na sua 120ª Sessão Ordinária, realizada em 05/03/2018;

RESOLVE

Art. 1º. A Resolução nº 008/2015/CPJ, de 22 de outubro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 33 (...).

V – Departamento de Planejamento e Gestão:

a) Área de Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias/Convênios;

b) Área de Escritório de Processos e Alinhamento Orçamentário-Financeiro;

c) Área de Apoio à Gestão da Estratégia e dos Instrumentos de Planejamento;

d) Área de Apoio Técnico à Gestão Documental;

e) Área de Protocolo Geral e Digitalização;

f) Área de Arquivo Geral.

a) Área de Convênios;

b) Área de Contabilidade.

(...)

Art. 58. Compete ao Departamento de Planejamento e Gestão:

I – planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades desenvolvidas pelas áreas vinculadas ao Departamento de Planejamento e Gestão;

II – coordenar o processo de elaboração e revisão do plano estratégico, assegurando legitimidade, objetividade e eficiência do plano (Resolução CNMP nº 147/2016, art. 14, § 2º, inciso II);

III – coordenar o processo de elaboração, monitoramento e revisão do Plano Plurianual do MPTO – PPA, observadas as diretrizes globais de ação e as prioridades de investimentos determinadas pela administração;

IV – coordenar a elaboração e consolidação da proposta orçamentária anual do MPTO;

V – monitorar o plano estratégico e adotar as providências necessárias à sua implementação e cumprimento (Resolução CNMP nº 147/2016, art. 14, § 2º, inciso III);

VI – realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

VII – emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

VIII – elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo substabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

IX – participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

X – participar de eventos culturais, pesquisas e programas de interesse do MPTO;

XI – propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XII – integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e à divulgação da produção gerada pelo MPTO.

~~I – acompanhar o Planejamento Estratégico do Ministério Público Estadual, em consonância com as suas diretrizes;~~

~~II – atuar no planejamento das políticas institucionais para garantir a execução dos planos estratégicos e operacionais do Ministério Público;~~

~~III – elaborar e consolidar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como submetê-la a aprovação;~~

~~IV – elaborar e supervisionar as atividades de planejamento, orçamento e acompanhamento, bem como gerir as atividades no âmbito do Ministério Público;~~

~~V – acompanhar os programas, projetos e convênios firmados pelo Ministério Público, supervisionando e elaborando, quando necessário, as respectivas prestações de contas;~~

~~VI – elaborar anualmente o relatório de gestão, visando subsidiar a prestação de contas do Ministério Público;~~

~~VII – acompanhar a programação e execução orçamentária do Ministério Público, bem como realizar a avaliação de sua execução;~~

~~VIII – planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento de planos, programas e projetos, de duração anual e plurianual;~~

~~IX – articular as diversas iniciativas e projetos das áreas de racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do Ministério Público;~~

~~X – elaborar e disseminar o uso de instrumentos, metodologias, tecnologias e estratégias de administração de recursos humanos, orientando a respectiva aplicação;~~

~~XI – realizar estudos e pesquisas para o planejamento~~

~~das atividades do Ministério Público;~~

~~XII – elaborar os Termos de Referência para aquisição de bens ou serviços relacionados a sua área de atuação;~~

~~XIII – participar da coordenação e elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério Público, bem como revisões periódicas;~~

~~XIV – fiscalizar os contratos administrativos vinculados à área de atuação;~~

~~XV – exercer outras atividades inerentes à área de atuação.~~

Art. 59. Compete à Área de Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias/Convênios:

I – fomentar a cultura de gestão de projetos no MPTO;

II – interagir com áreas organizacionais do MPTO para estimular o estabelecimento de acordos de cooperação/parcerias/convênios com outras organizações, promovendo a obtenção do maior retorno possível de sua execução;

III – Elaborar propostas de convênios, cadastrando-as no sistema de pleitos da entidade concedente dos recursos;

IV – elaborar, anualmente, de forma detalhada e no período adequado, o relatório de Necessidade Orçamentária dos Projetos do MPTO (NOP-MPTO) para inclusão na proposta orçamentária anual;

V – realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

VI – emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

VII – elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo substabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

VIII – participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

IX – participar de eventos culturais, pesquisas e programas de interesse do MPTO;

X – propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XI – integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e a divulgação da produção gerada pelo MPTO.

§ 1º. Compete à Divisão de Escritório de Projetos:

I – prestar orientação metodológica e assessoramento técnico aos gerentes e às equipes durante todo o ciclo de vida dos projetos organizacionais;

II – promover a correta aplicação da metodologia de gerenciamento de projetos do MPTO, nas propostas

submetidas à aprovação do Procurador-Geral de Justiça;

III – promover o registro da documentação relativa aos projetos organizacionais;

IV – elaborar, bimestralmente, relatório de acompanhamento dos projetos em execução, buscando sua adequada divulgação;

V – exercer outras atividades inerentes a área vinculada.

§ 2º. Compete à Divisão de Gestão de Parcerias/Convênios:

I – manter atualizado o cadastro de acordos de cooperação/parcerias/convênios e seus aditamentos, buscando sua adequada divulgação;

II – acompanhar, mensalmente, o prazo de vigência dos acordos de cooperação/parcerias/convênios firmados;

III – assegurar a adequada publicidade aos acordos de cooperação/parcerias/convênios firmados;

IV – elaborar, trimestralmente, relatório de execução dos acordos de cooperação/parcerias/convênios, apontando a contribuição de cada acordo aos objetivos do Planejamento Estratégico;

V – exercer outras atividades inerentes a área vinculada.

Art. 59. Compete à Área de Convênios:

I – interagir com as áreas do Ministério Público para a celebração de convênios e seus aditamentos;

II – assegurar a correta formalização dos instrumentos contratuais celebrados pelo Ministério Público, em compatibilidade com as especificações preestabelecidas e com as obrigações pactuadas;

III – assegurar a regularidade e a tempestividade dos procedimentos inerentes à formalização de aditamentos de convênios;

IV – garantir o controle sistemático de convênios e seus aditamentos e orientar as áreas usuárias para o seu gerenciamento;

V – promover o controle sistemático do cumprimento das obrigações pactuadas em instrumentos contratuais, mediante consulta periódica aos gestores de convênios;

VI – assegurar a efetividade da prestação de contas relativas a convênios para os órgãos de fiscalização e controle externos;

VII – realizar o encaminhamento de documentos cuja publicação esteja sob sua responsabilidade, bem como o acompanhamento das publicações no Diário Oficial do Estado do Tocantins;

VIII – resguardar o interesse do Ministério Público na relação entre custo e benefício nas contratações efetuadas e nos reajustes concedidos;

IX – executar, nos ajustes firmados pelo Ministério Público, as adequações às disposições normativas, o atendimento aos requisitos técnicos e a consonância com as políticas e

diretrizes estabelecidas;

~~X — garantir a legalidade e a regularidade dos atos administrativos relativos aos processos de trabalho sob responsabilidade da sua área de atuação;~~

~~XI — receber as demandas de elaboração de convênios e seus aditamentos, bem como analisar a conveniência e a oportunidade de sua celebração;~~

~~XII — oferecer subsídios técnicos para a tomada de decisões relativas a convênios a serem firmados ou aditivados;~~

~~XIII — assegurar que os parâmetros de medição de serviços sejam claramente definidos pela área demandante, para verificação sistemática do cumprimento das cláusulas contratuais e das obrigações pactuadas;~~

~~XIV — exercer outras atividades inerentes a sua área de atuação.~~

Art. 60. Compete à Área de Escritório de Processos e Alinhamento Orçamentário-Financeiro:

I — fomentar a cultura de gestão por processo no MPTO;

II — promover o alinhamento entre os instrumentos de planejamento e a execução da Lei Orçamentária Anual — LOA do MPTO;

III — participar da estruturação e desenvolvimento do sistema de informações de custos previstos ou estimados do MPTO;

IV — elaborar, anualmente, de forma detalhada e no período adequado, o relatório de Necessidade Orçamentária de Custeio do MPTO (NOC-MPTO) para inclusão na proposta orçamentária anual;

V — realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

VI — emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

VII — elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo substabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

VIII — participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão, com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

IX — participar de eventos culturais, pesquisas e programa de interesse do MPTO;

X — propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XI — integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e à divulgação da produção gerada pelo MPTO.

§ 1º. Compete à Divisão de Escritório de Processos:

I — prestar orientação metodológica e assessoramento técnico as unidades organizacionais em suas iniciativas de alteração e aperfeiçoamento de seus processos de trabalho;

II — promover a correta aplicação da metodologia de gestão por processos do MPTO nas propostas submetidas à homologação do Procurador-Geral de Justiça;

III — identificar e mapear os métodos e processos de trabalho das unidades organizacionais do MPTO;

IV — realizar diagnósticos em segmentos específicos de atividades, identificando oportunidades de aperfeiçoamento e de melhoria interna;

V — promover o registro da documentação relativa aos processos organizacionais;

VI — exercer outras atividades inerentes a área vinculada.

§ 2º. Compete à Divisão de Programação e Alinhamento Orçamentário:

I — controlar a programação das dotações orçamentárias;

II — acompanhar a execução do Orçamento do MPTO;

III — gerenciar os créditos suplementares, especiais e extraordinários das unidades gestoras do MPTO;

IV — exercer outras atividades inerentes a área vinculada.

Art. 60. Compete ao Escritório de Projetos:

I — executar e acompanhar o andamento dos projetos estratégicos provendo informações estruturadas, atualizadas e consolidadas da atual posição do portfólio por meio de relatório executivo de acompanhamento de projetos estratégicos, apoiando a Administração Superior na tomada de decisão;

II — prover informações de caráter gerencial que permitam aos Comitês de Planejamento Estratégico acompanhar o desempenho dos projetos em andamento, bem como avaliar o atendimento aos objetivos;

III — contribuir para a manutenção de acervo de conhecimentos, histórico e lições aprendidas nos projetos empreendidos no Ministério Público;

IV — assegurar a correta aplicação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do Ministério Público;

V — prestar apoio e assessoramento técnico aos gerentes e às equipes de projeto em todas as suas fases;

VI — integrar os múltiplos projetos, gerentes e gestores consolidando suas informações;

VII — promover a utilização das ferramentas corporativas de gestão de projetos, contribuindo para a sua divulgação e capacitação de usuários;

VIII — propor treinamento e desenvolvimento dos gerentes de projetos nas melhores práticas de gestão de projetos;

IX — realizar, em parceria com as unidades específicas;

~~a capacitação relativa à metodologia de gerenciamento de projetos;~~

~~X – promover pesquisas e participar de eventos relacionados à inovação na área de gestão de projetos;~~

~~XI – efetivar o intercâmbio com organizações privadas e públicas de referência na área de gestão de projetos;~~

~~XII – exercer outras atividades correlatas a sua área de atuação.~~

Art. 61. Compete à Área de Apoio à Gestão da Estratégia e dos Instrumentos de Planejamento:

I – produzir informações de inteligência estratégica para subsidiar a tomada de decisões no âmbito do MPTO (Resolução CNMP nº 147/2016, art. 14, § 2º, inciso VI);

II – sistematizar a coleta e o tratamento de dados para a construção e apuração de indicadores e análises estatísticas que subsidiem o monitoramento dos instrumentos e planejamento e processos de trabalho;

III – prestar assessoria nas questões afetas ao plano estratégico (Resolução CNMP nº 147/2016, art.14, § 2º, inciso I);

IV – participar da elaboração da proposta de lei de diretrizes orçamentárias anual;

V – produzir diagnósticos, estudos e avaliações periódicas a respeito do plano estratégico (Resolução CNMP nº 147/2016, art. 14, § 2º, inciso IV);

VI – elaborar relatório anual de desempenho do plano estratégico e relatórios de gestão (Resolução CNMP nº 147/2016, art. 14, § 2º, inciso V);

VII – realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

VIII – emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

IX – elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo substabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

X – participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

XI – participar de eventos culturais, pesquisas e programa de interesse do MPTO;

XII – propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XIII – integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e à divulgação da produção gerada pelo MPTO.

Art. 62. Compete à Área de Protocolo Geral e Digitalização:

I – registrar e controlar a entrada e saída dos documentos;

II – desenvolver a digitalização dos documentos que forem enviados para o Arquivo, para proporcionar a consulta de forma digital;

III – digitalizar, inserir e movimentar os documentos externos no sistema de controle de documentos recebidos;

IV – acompanhar os serviços de digitalização;

V – receber, autuar, interpretar e classificar os documentos com base no Código de Classificação de Documentos por Assuntos, adotado pelo MPTO, e registrar nos Sistemas Informatizados;

VI – receber, conferir e redistribuir os documentos enviados;

VII – receber, conferir, selecionar e distribuir os documentos oriundos das demais áreas organizacionais;

VIII – receber, selecionar e preparar a correspondência para expedição via Correio, de acordo com as normas e procedimentos determinados quanto à expedição;

IX – prestar informações às partes interessadas, sobre as correspondências recebidas e expedidas;

X – prestar informações às partes interessadas sobre a tramitação de seus processos;

XI – fazer levantamento mensal da quantidade de correspondência expedida, fazendo remessa à área superior;

XII – realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

XIII – emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

XIV – elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo substabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

XV – participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão, com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

XVI – participar de eventos culturais, pesquisas e programa de interesse do MPTO;

XVII – propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XVIII – integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e à divulgação da produção gerada pelo MPTO.

Art. 80. Compete à Área de Protocolo Geral:

~~I – receber, numerar, registrar, controlar e prestar informações de documentos e processos recebidos diretamente, via eletrônica ou via postal;~~

~~II – classificar os documentos e processos e distribuí-~~

los às áreas competentes;

~~III – expedir documentos e/ou objetos, por meio de serviços postais, malotes oficiais ou pessoalmente, ao seu destinatário interno ou externo;~~

~~IV – analisar as necessidades de aquisição e utilização de equipamentos para o registro, acompanhamento e controle de documentação;~~

~~V – fiscalizar, gerenciar e controlar contratos, elaborar pedidos e Termo(s) de Referência, atestar serviços executados e bens ou materiais recebidos e solicitar pagamentos sempre que se tratar de sua área de atuação, com exceção às atividades inerentes às Áreas de Patrimônio e Almoxarifado;~~

~~VI – alimentar e manter atualizados os sistemas informáticos e emitir relatórios, sempre que demandado;~~

~~VII – exercer outras atividades correlatas à área de atuação.~~

Art. 63. Compete à Área de Arquivo Geral:

I – gerir, guardar e preservar o patrimônio documental da instituição, garantindo o pleno acesso à informação;

II – estabelecer diretrizes de classificação, seleção, arranjo e descrição documental;

III – operacionalizar as recomendações e decisões da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD;

IV – realizar levantamento de documentos com significado histórico e providenciar a guarda especial para aqueles que precisarem de cuidados, buscando proteger o referencial histórico do MPTO;

V – receber, registrar, arquivar e desarquivar, quando for o caso, organizar e preservar autos e documentos armazenados e recebidos dos órgãos e/ou unidades administrativas em geral;

VI – arquivar, por espécie e em ordem cronológica, os atos internos, documentos e processos;

VII – promover e executar, se necessário, a reprodução digital e fotográfica de documentos, visando a preservação, divulgação e disponibilização do acervo ao usuário;

VIII – realizar restauração de documentos quando necessário;

IX – realizar higienização aos documentos recebidos, com o objetivo de conservação e preservação da informação;

X – realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

XI – emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

XII – elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo subestabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

XIII – participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

XIV – participar de eventos culturais, pesquisas e programa de interesse do MPTO;

XV – propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XVI – integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e à divulgação da produção gerada pelo MPTO.

Art. 82. Compete à Área de Arquivo Geral:

~~I – catalogar e classificar os processos, documentos e demais papéis;~~

~~II – disponibilizar os processos e documentos, quando solicitados e autorizado pela Diretoria Geral, mediante cópia ou remessa do processo, conforme determinação;~~

~~III – arquivar, por espécie e em ordem cronológica, os atos internos, documentos e processos;~~

~~IV – zelar pela guarda dos processos e documentos sob sua responsabilidade;~~

~~V – sempre que possível, digitalizar e providenciar cópia de segurança de processos, expedientes e atos normativos;~~

~~VI – catalogar a temporalidade dos processos e documentos sob sua guarda para, ao finalizar o prazo de arquivamento obrigatório, providenciar desfazimento nos termos da legislação;~~

~~VII – realizar levantamento dos documentos com significado histórico e providenciar a guarda especial para aqueles que precisarem de cuidados, buscando proteger o referencial histórico da instituição;~~

~~VIII – fiscalizar, gerenciar e controlar contratos, elaborar pedidos e Termo(s) de Referência, atestar serviços executados, bens ou materiais recebidos, além de solicitar pagamentos na área de atuação, exceto das Áreas de Patrimônio e Almoxarifado;~~

~~IX – alimentar e manter atualizados os sistemas informáticos e emitir relatórios, sempre que demandado;~~

~~X – exercer outras atividades correlatas à área de atuação.~~

Art. 64. Compete à Área de Apoio Técnico à Gestão Documental:

I – atuar como núcleo técnico arquivístico do SIARQ-MPTO, orientando e acompanhando a implementação, coordenação e controle das atividades, normas e rotinas de trabalho relacionadas à gestão de documentos;

II – elaborar planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento, agilização e aperfeiçoamento do SIARQ-MPTO, bem como acompanhar a sua execução;

III – promover a integração de ações necessárias para a adoção de novas tecnologias de comunicação e informação, com vistas à racionalização de procedimentos e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

modernização de processos;

IV – prestar assistência técnica aos arquivos setoriais das áreas organizacionais para garantir seu adequado funcionamento, visando a proteção especial aos documentos de arquivo, qualquer que seja o suporte da informação ou a sua natureza;

V – supervisionar a execução dos trabalhos de classificação e avaliação de documentos, referentes a massa documental acumulada do MPTO;

VI – supervisionar a produção de listagem para a eliminação de documentos desprovidos de valor permanente e submeter a avaliação da CPAD;

VII – realizar estudos e pesquisas sobre temas ligados à área de atuação;

VIII – emitir parecer técnico sobre matérias relativas a sua área de atuação;

IX – elaborar termos de referência ou projetos básicos para aquisição de bens ou serviços afetos a sua área de atuação, bem como fiscalizar contratos deles decorrentes, sempre que administrativamente possível, podendo substabelecer a estrutura hierarquicamente vinculada;

X – participar de iniciativas e projetos ligados a racionalização, reestruturação organizacional, governança eletrônica e modernização da gestão com vistas à inovação, eficiência e eficácia do MPTO;

XI – participar de eventos culturais, pesquisas e programa de interesse do MPTO;

XII – propor cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos membros e servidores envolvidos em temas de sua área de atuação;

XIII – integrar os sistemas nacionais e internacionais de informação, visando o acesso à produção científica de instituições congêneres e à divulgação da produção gerada pelo MPTO.

(...)” (N.R.)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

Palmas, 6 de março de 2018.

Clenan Renaut de Melo Pereira

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

20/03/2018 – 9h

- 1 Apreciação de Ata;
- 2 Continuidade do Julgamento dos Autos CSMP nº 028/2017 (Procedimento Administrativo Disciplinar). Representante: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Representado: L. A. A. P, Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. (Relator/Conselheiro Alcir Raineri Filho. Com vista ao Conselheiro José Demóstenes de Abreu, concedida na 187ª Sessão Ordinária);
- 3 Autos CSMP nº 012/2017 – Interessado: Promotora de Justiça Kátia Chaves Gallieta. Assunto: Requerimento de pontuação por contribuição ao aprimoramento institucional.(Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho, com vista ao Conselheiro Marco Antonio, concedida na 185ª Sessão Ordinária);
- 4 Mem. no 049/2017/SCPJ – Interessado: Colégio de Procuradores de Justiça. Assunto: Encaminha os Autos CPJ nº 027/2017, para análise da possibilidade de instalação e vacância da Promotoria de Justiça de São Sebastião, para remanejamento à 2ª Promotoria de Justiça de Colméia;
- 5 Autos CSMP nº 025/2016 - Interessado: Colégio de Procuradores. Assunto: Remessa dos Autos CPJ nº 006/2016 ao Conselho Superior, para análise da compatibilização dos critérios de aferição do merecimento para fins de titularização (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 6 Autos CSMP nº 005/2018 – Interessado: Promotor de Justiça Substituto André Henrique Oliveira Leite. Assunto: Requerimento de autorização para exercício de docência, constante do E-doc nº 07010199525201851 (Conselheiro Alcir Raineri Filho);
- 7 Autos CSMP nº 016/2017 - Interessado: Promotor de Justiça Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira. Assunto: Requerimento de Alteração da Resolução CSMP nº 001/2012 (Conselheiro Alcir Raineri Filho);
- 8 Autos CSMP nº 001/2018 – Interessado: Promotor de Justiça André Ricardo Fonseca Carvalho. Assunto: Proposta de alteração do art. 10, I, da Resolução CSMP nº 001/2012, remetida por meio do E-doc nº 07010194396201812 (Conselheiro João Rodrigues Filho);
- 9 Autos CSMP nº 002/2018 – Interessada: Promotora de Justiça Araina Cesárea Ferreira dos Santos D’Alessandro.

- Assunto: Requerimento de classificação de projeto como “projeto especial”, para fins de valoração da atuação de membros, conforme consta do E-doc nº 07010196821201816 (Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
- 10 Autos CSMP nº 013/2017 – Interessada: Promotora de Justiça Ana Paula Reigota Ferreira Catini. Assunto: Requerimento de análise da retirada de pontuação em prontuário individual pela Corregedoria-Geral (Conselheiro José Demóstenes de Abreu);
- 11 E-doc nº 07010199117201815 - Interessada: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminha relatório de procedimentos extrajudiciais, referente às inspeções realizadas no ano de 2017 (Corregedor-Geral João Rodrigues Filho);
- 12 E-doc nº 07010198021201813 - Interessado: Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial. Assunto: Encaminha Ata da Reunião Ordinária do GECEP realizada em Fevereiro/2018;
- 13 E-doc nº 07010199261201835 – Interessado: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf. Assunto: Projeto pedagógico “Seminário da Mulher - Dia Internacional da Mulher”;
- 14 E-doc nº 07010198741201889 – Interessada: Corregedoria-Geral. Assunto: Encaminha pedido de Providência de Classe II nº 038/2017;
- 15 E-doc nº 07010199864201837 – Interessado: Promotor de Justiça Rodrigo Alves Barcellos. Assunto: Remete declaração de conclusão do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins e informa que encaminhará o respectivo diploma e histórico escolar posteriormente;
- 16 E-doc's nº 07010201484201871 e 07010202478201831– Interessado: Promotor de Justiça Octahydes Ballan Júnior. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 17 E-doc nº 07010201365201817 - Interessado: Promotor de Justiça Airton Amilcar Machado Momo. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 18 E-doc nº 07010201365201817 - Interessada: Promotora de Justiça Cynthia Assis de Paula. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 19 E-doc nº 07010201365201817 – Interessada: Promotora de Justiça Isabelle Rocha Valença Figueiredo. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 20 E-doc nº 07010201456201852 – Interessado: Promotor de Justiça Rogério Rodrigo Ferreira Mota. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 21 E-doc nº 07010202422201885 - Interessado: Promotor de Justiça Edson Azambuja. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);
- 22 E-doc nº 07010201653201871 – Interessado: Corregedor-Geral João Rodrigues Filho. Assunto: Solicita autorização para usufruir 15 (quinze) dias de férias, no período de 2 a 16 de abril, referentes ao 2º semestre de 2017;
- 23 E-doc nº 07010201691201824 – Interessado: Corregedor-Geral João Rodrigues Filho. Assunto: Encaminha, para conhecimento, relatórios de inspeção das Promotorias de Justiça de Araguacema e Paraíso do Tocantins;
- 24 Expedientes informando instauração de Inquéritos Cíveis Públicos:
- 24.1 E-doc nº 07010196800201884 - Inquérito Civil Público nº 017/2017 (12ª P.J. de Araguaína);
- 24.2 E-doc nº 07010196516201816 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001705 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 24.3 E-doc nº 07010196475201851 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000386 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 24.4 E-doc nº 07010196479201838 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000387 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 24.5 E-doc nº 07010196482201851 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000388 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 24.6 E-doc nº 07010196485201895 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000389 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 24.7 E-doc nº 07010196488201829 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000390 (2ª P.J. de Tocantinópolis);

- | | |
|---|---|
| <p>24.8 E-doc nº 07010196614201845 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000402 (P.J. de Tocantínia);</p> <p>24.9 E-doc nº 07010196664201822 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000409 (1ª P.J. de Tocantinópolis);</p> <p>24.10 E-doc nº 07010196656201886 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003823 (2ª P.J. de Pedro Afonso);</p> <p>24.11 E-doc nº 07010196670201881 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000410 (21ª P.J da Capital);</p> <p>24.12 E-doc nº 07010196760201871 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000435 (P.J. de Almas);</p> <p>24.13 E-doc nº 07010196827201877 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001951 (P.J. de Almas);</p> <p>24.14 E-doc nº 07010197031201831 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000462 (1ª P.J. de Cristalândia);</p> <p>24.15 E-doc nº 07010197115201875 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000402 (P.J. de Tocantínia);</p> <p>24.16 E-doc nº 07010196886201845 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003387 (6ª P.J. de Araguaína);</p> <p>24.17 E-doc nº 07010197427201889 – Inquéritos Civis Públicos nº 006/2018, 007/2018 e 009/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);</p> <p>24.18 E-doc nº 07010197545201897 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000509 (20ª P.J. da Capital);</p> <p>24.19 E-doc nº 07010197533201862 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000507 (P.J. de Almas);</p> <p>24.20 E-doc nº 07010198012201822 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002375 (P.J. de Paranã);</p> <p>24.21 E-doc nº 07010198051201821 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000563 (P.J. de Almas);</p> <p>24.22 E-doc nº 07010197978201842 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000449 (1ª P.J. de Augustinópolis);</p> <p>24.23 E-doc nº 07010197411201876 – Inquérito Civil Público nº 03/2018 (P.J. de Alvorada);</p> <p>24.24 E-doc nº 07010198045201872 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000571 (1ª P.J. de Tocantinópolis);</p> <p>24.25 E-doc nº 07010198003201831 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000565 (1ª P.J. de Tocantinópolis);</p> <p>24.26 E-doc nº 07010198235201891 – Inquérito</p> | <p>Civil Público nº 2017.0002652 (P.J. de Itaguatins);</p> <p>24.27 E-doc nº 07010198179201893 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000561 (P.J. de Itaguatins);</p> <p>24.28 E-doc nº 07010198250201838 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000171 (P.J. de Almas);</p> <p>24.29 E-doc nº 07010198725201896 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003825 (6ª P.J. de Araguaína);</p> <p>24.30 E-doc nº 07010198776201818 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004116 (P.J. de Almas);</p> <p>24.31 E-doc nº 07010199323201817 – Inquéritos Civis Públicos nº 010/2018 e 011/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);</p> <p>24.32 E-doc nº 07010199526201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002576 (P.J. de Tocantínia);</p> <p>24.33 E-doc nº 07010199630201891 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001702 (22ª P.J. da Capital);</p> <p>24.34 E-doc nº 07010199636201867 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004221 (P.J. de Paranã);</p> <p>24.35 Ed-doc nº 07010200604201811 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000238 (P.J. de Arapoema);</p> <p>24.36 E-doc nº 07010200616201846 – Inquérito Civil Público nº 2018.0000364 (P.J. de Goiatins);</p> <p>24.37 E-doc nº 07010201195201871 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002333 (2ª P.J. de Miracema);</p> <p>24.38 E-doc nº 07010201472201845 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004447 (P.J. de Arapoema);</p> <p>24.39 E-doc nº 07010201667201895 – Inquérito Civil Público nº 2017.0003115 (5ª P.J. de Araguaína);</p> <p>24.40 E-doc nº 07010202098201811 – Inquérito Civil Público nº 2017.0001883 (23ª P.J. da Capital);</p> <p>24.41 E-doc nº 07010201958201883 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004500 (1ª P.J. de Cristalândia);</p> <p>24.42 E-doc nº 07010201917201897 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004491 (P.J. de Arapoema);</p> <p>24.43 E-doc nº 07010201963201896 – Inquérito Civil Público nº 2017.0002138 (1ª P.J. de Arraias);</p> <p>24.44 E-doc nº 07010201465201843 – Inquérito Civil Público nº 2018.0004446 (P.J. de Arapoema);</p> <p>24.45 E-doc nº 07010201600201851 – Inquérito</p> |
|---|---|

Civil Público nº 2018.0004456 (P.J. de Figueirópolis);	24.66 E-doc nº 07010198774201829 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004115 (P.J. de Almas);
24.46 E-doc nº 07010201874201841 – Inquérito Civil Público nº 001/2018 (3ª P.J. de Porto Nacional);	24.67 E-doc nº 07010198794201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004119 (P.J. de Almas);
24.47 E-doc nº 07010197683201876 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000493 (2ª P.J. de Miracema);	24.68 E-doc nº 07010198788201842 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004117 (P.J. de Almas);
24.48 E-doc nº 07010197770201823 - Inquérito Civil Público nº 2018.0001393 (22ª P.J. da Capital);	24.69 E-doc nº 07010199052201891 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002510 (4ª P.J. de Paraíso);
24.49 E-doc nº 07010197871201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002381 (4ª P.J. de Paraíso);	24.70 E-doc nº 07010199105201874 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000181 (P.J. de Itacajá);
24.50 E-doc nº 07010197904201814 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000547 (1ª P.J. de Taguatinga);	24.71 E-doc nº 07010198952201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003529 (6ª P.J. de Araguaína);
24.51 E-doc nº 07010198077201878 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000572 (1ª P.J. de Miranorte);	24.72 E-doc nº 07010199059201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004152 (8ª P.J. de Gurupi);
24.52 E-doc nº 07010198067201832 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000574 (21ª P.J. da Capital);	24.73 E-doc nº 07010199448201839 - Inquérito Civil Público nº 008/2018 (5ª P.J. de Gurupi);
24.53 E-doc nº 07010198141201811 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001515 (2ª P.J. de Miracema);	24.74 E-doc nº 07010199561201814 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002335 (2ª P.J. de Miracema);
24.54 E-doc nº 07010198179201893 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000561 (2ª P.J. de Dianópolis);	24.75 E-doc nº 07010199670201831 - Inquérito Civil Público nº 053/2017 (P.J. de Colméia);
24.55 E-doc nº 07010198285201877 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000076 (P.J. de Formoso do Araguaia);	24.76 E-doc nº 07010199682201866 - Inquérito Civil Público nº 034/2017 (P.J. de Colméia);
24.56 E-doc nº 07010198356201831 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004033 (1ª P.J. de Augustinópolis);	24.77 E-doc nº 07010199684201855 - Inquérito Civil Público nº 029/2017 (P.J. de Colméia);
24.57 E-doc nº 07010198359201875 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004034 (1ª P.J. de Augustinópolis);	24.78 E-doc nº 07010199628201811 - Inquérito Civil Público nº 049/2017 (P.J. de Colméia);
24.58 E-doc nº 07010198360201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004035 (1ª P.J. de Augustinópolis);	24.79 E-doc nº 07010199647201847 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004223 (P.J. de Almas);
24.59 E-doc nº 07010198342201818 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001518 (2ª P.J. de Miracema);	24.80 E-doc nº 07010199642201814 - Inquérito Civil Público nº 050/2017 (P.J. de Colméia);
24.60 E-doc nº 07010198330201893 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004036 (1ª P.J. de Augustinópolis);	24.81 E-doc nº 07010199660201812 - Inquérito Civil Público nº 052/2017 (P.J. de Colméia);
24.61 E-doc nº 07010198322201847 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002313 (2ª P.J. de Dianópolis);	24.82 E-doc nº 07010199817201893 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004238 (P.J. de Alvorada);
24.62 E-doc nº 07010198314201817 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002076 (6ª P.J. de Araguaína);	24.83 E-doc nº 07010199822201812 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002608 (P.J. de Alvorada);
24.63 E-doc nº 07010198337201813 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004037 (21ª P.J. da Capital);	24.84 E-doc nº 07010199892201854 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001561 (P.J. de Almas);
24.64 E-doc nº 07010198355201897 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000165 (8ª P.J. de Gurupi);	24.85 E-doc nº 07010199920201833 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004245 (P. J. de Formoso do Araguaia);
24.65 E-doc nº 07010198412201838 - Inquérito Civil Público nº 2017.0002091 (1ª P.J. de Arraias);	24.86 E-doc nº 07010199844201866 - Inquérito Civil Público nº 001/2017 (P.J. de Novo Acordo);
	24.87 E-doc nº 07010200001201811 - Inquérito Civil

Público nº 2018.0004239 (P.J. de Novo Acordo);	Arapoema);
24.88 E-doc nº 07010200003201817 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004240 (P.J. de Novo Acordo);	24.109 E-doc nº 07010200725201863 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000494 (P.J. de Arapoema);
24.89 E-doc nº 07010200007201897 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004241 (P.J. de Novo Acordo);	24.110 E-doc nº 07010200741201856 - Inquérito Civil Público nº (P.J. de Ponte Alta);
24.90 E-doc nº 07010200010201819 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004242 (P.J. de Novo Acordo);	24.111 E-doc nº 07010200750201847 - Inquérito Civil Público nº 029/2017 (P.J. de Ponte Alta);
24.91 E-doc nº 07010200012201816 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004243 (P.J. de Novo Acordo);	24.112 E-doc nº 07010201019201839 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003107 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
24.92 E-doc nº 07010200015201833 - Inquérito Civil Público nº 2018.0003740 (P.J. de Novo Acordo);	24.113 E-doc nº 07010200996201819 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004373 (P.J. de Goiatins);
24.93 E-doc nº 07010200049201828 - Inquérito Civil Público nº 023/2017 (P.J. de Ponte Alta);	24.114 E-doc nº 07010201288201811 - Inquérito Civil Público nº 2018.0003549 (21ª P.J. da Capital);
24.94 E-doc nº 07010200050201852 - Inquérito Civil Público nº 030/2017 (P.J. de Ponte Alta);	24.115 E-doc nº 07010201244201875 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003702 (P.J. de Alvorada);
24.95 E-doc nº 07010200121201817 - Inquérito Civil Público nº 059/2017 (P.J. de Colméia);	24.116 E-doc nº 07010201020201863 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003824 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
24.96 E-doc nº 07010200150201889 - Inquérito Civil Público nº 035/2017 (P.J. de Colméia);	24.117 E-doc nº 07010201384201843 - Inquérito Civil Público nº 018/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);
24.97 E-doc nº 07010200139201819 - Inquérito Civil Público nº 030/2017 (P.J. de Colméia);	24.118 E-doc nº 07010201373201863 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000489 (7ª P.J. de Gurupi);
24.98 E-doc nº 07010200167201836 - Inquérito Civil Público nº 036/2017 (P.J. de Colméia);	24.119 E-doc nº 07010201112201843 - Inquérito Civil Público nº 011A/2017 (P.J. de Araguacema);
24.99 E-doc nº 07010200263201884 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004281 (P.J. de Figueirópolis);	24.120 E-doc nº 07010201110201854 - Inquérito Civil Público nº 018A/2017 (P.J. de Araguacema);
24.100 E-doc nº 07010200266201818 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000233 (P.J. de Almas);	24.121 E-doc nº 07010201119201865 - Inquérito Civil Público nº 017A/2017 (P.J. de Araguacema);
24.101 E-doc nº 07010200176201827 - Inquérito Civil Público nº 025/2017 (P.J. de Ponte Alta);	24.122 E-doc nº 07010201130201825 - Inquérito Civil Público nº 014A/2017 (P.J. de Araguacema);
24.102 E-doc nº 07010200217201885 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003401 (3ª P.J. de Gurupi);	24.123 E-doc nº 07010201475201889 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001196 (12ª P.J. de Araguaína);
24.103 E-doc nº 07010200377201824 - Inquérito Civil Público nº 2018.0000484 (8ª P.J. de Gurupi);	24.124 E-doc nº 07010201547201898 - Inquérito Civil Público nº 037/2017 (P.J. de Colméia);
24.104 E-doc nº 07010200591201881 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 012/2018, 013/2018, 014/2018, 016/2018 e 017/2018 (5ª P.J. de Porto Nacional);	24.125 E-doc nº 07010201942201871 - Inquérito Civil Público nº 012/2017 (P.J. de Ponte Alta);
24.105 E-doc nº 07010200689201838 - Inquérito Civil Público nº 2017.0001304 (P.J. de Colméia);	25 Expedientes informando instauração de Procedimentos Preparatórios:
24.106 E-doc nº 07010200693201812 - Inquérito Civil Público nº 001/2018 (P.J. de Ponte Alta);	25.1 E-doc nº 07010196206201893 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000212 28ª P.J. da Capital);
24.107 E-doc nº 07010200697201884 - Inquérito Civil Público nº 2017.0003122 (8ª P.J. de Gurupi);	25.2 E-doc nº 07010197917201885 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002085 (2ª P.J. de Dianópolis);
24.108 E-doc nº 07010200722201821 - Inquérito Civil Público nº 2018.0004330 – Port. 329/2018 (P. J. de	25.3 E-doc nº 07010197689201843 – Procedimento Preparatório nº 2018.0000527 (23ª P.J. da Capital);

- 25.4 E-doc nº 07010198165201871 – Procedimento Preparatório nº 2017.0001573 (P.J. de Araguaçu);
- 25.5 E-doc nº 07010198296201857 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004031 (23ª P.J. da Capital);
- 25.6 E-doc nº 07010198801201863 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004083 (5ª P.J. de Araguaína);
- 25.7 E-doc nº 07010198918201847 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002418 (12ª P.J. de Araguaína);
- 25.8 E-doc nº 07010198948201853 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002483 (12ª P.J. de Araguaína);
- 25.9 E-doc nº 07010199009201826 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004150 (27ª P.J. da Capital);
- 25.10 E-doc nº 07010199631201834 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004114 (22ª P.J. da Capital);
- 25.11 E-doc nº 07010199580201841 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002574 (12ª P.J. de Araguaína);
- 25.12 E-doc nº 07010199999201819 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002574 (12ª P.J. de Araguaína);
- 25.13 E-doc nº 07010200204201814 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002363 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 25.14 E-doc nº 07010201681201899 – Procedimento Preparatório nº 2018.0004439 (22ª P.J. da Capital);
- 25.15 E-doc nº 07010197186201878 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000186 (23ª P.J. da Capital);
- 25.16 E-doc nº 07010197216201846 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000490 (23ª P.J. da Capital);
- 25.17 E-doc nº 07010197198201819 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000442 (2ª P.J. de Tocantinópolis);
- 25.18 E-doc nº 07010197306201837 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000206 (22ª P.J. da Capital);
- 25.19 E-doc nº 07010197390201899 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000499 (27ª P.J. da Capital);
- 25.20 E-doc nº 07010197535201851 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000508 (27ª P.J. da Capital);
- 25.21 E-doc nº 07010197618201841 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000515 (27ª P.J. da Capital);
- 25.22 E-doc nº 07010198145201815 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000587 (23ª P.J. da Capital);
- 25.23 E-doc nº 07010198149201887 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002322 (2ª P.J. da Capital);
- 25.24 E-doc nº 07010199125201845 - Procedimento Preparatório nº 2017.0002493 (12ª P.J. de Araguaína);
- 25.25 E-doc nº 07010199134201836 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004170 (3ª P.J. de Miracema);
- 25.26 E-doc nº 07010200206201811 - Procedimento Preparatório nº 2017.0003139 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 25.27 E-doc nº 07010200499201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004194 (22ª P.J. da Capital);
- 25.28 E-doc nº 07010200578201821 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004314 (5ª P.J. de Araguaína);
- 25.29 E-doc nº 07010201171201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.0004363 (22ª P.J. da Capital);
- 25.30 E-doc nº 07010201099201822 - Procedimento Preparatório nº 02A/2017 (P.J. da Araguacema);
- 25.31 E-doc nº 07010201399201811 - Procedimento Preparatório nº 2018.000301 (28ª P.J. da Capital);
- 25.32 E-doc nº 07010201402201897 - Procedimento Preparatório nº 2018.0000535 (28ª P.J. da Capital)
- 25.33 E-doc nº 07010198695201818 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002519 (P.J. de Araguaçu);
- 26 Expedientes informando prorrogação de prazo para conclusão de Inquéritos Cíveis Públicos:
- 26.1 E-doc nº 07010196788201816 - Inquérito Cível Público nº 002/2016 (1ª P.J. de Augustinópolis);
- 26.2 E-doc nº 07010196823201899 – Inquérito Cível Público nº 002/203 (12ª P.J. de Araguaína);
- 26.3 E-doc nº 07010197038201853 - Inquérito Cível Público nº 016/2016 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 26.4 E-doc nº 07010197276201869 - Inquérito Cível Público nº 044/2016 (P.J. de Arapoema);
- 26.5 E-doc nº 07010198189201829 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 029, 030, 031 e 033/2016 (5ª P.J. de Araguaína);
- 26.6 E-doc nº 07010196569201829 – Inquérito Cível Público nº 04/2017 (P.J. de Alvorada);
- 26.7 E-doc nº 07010196849201837 – Inquéritos Cíveis Públicos nº 13/2014-SP; 14/2014-SP;

- 15/2014-SP; 16/14-SP; 03/2015-SP; 07/2015-SP; 17/2015-SP; 19/2015-SP e 20/2015-SP (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.8 E-doc nº 07010197389201864 – Inquérito Civil Público nº 07/2014 (12ª P.J. de Araguaína);
- 26.9 E-doc nº 07010197429201878 – Inquérito Civil Público nº 001/2017 (P.J. de Xambioá);
- 26.10 E-doc nº 07010197378201884 – Inquérito Civil Público nº 003/2012 (12ª P.J. de Araguaína);
- 26.11 E-doc nº 07010199735201849 – Inquérito Civil Público nº 020/2016 (8ª P.J. de Gurupi);
- 26.12 E-doc nº 07010199885201852 – Inquérito Civil Público nº 08/2016 (P.J. de Novo Acordo);
- 26.13 E-doc nº 07010199887201841 – Inquérito Civil Público nº 20/2016 (P.J. de Novo Acordo);
- 26.14 E-doc nº 07010199888201896 – Inquérito Civil Público nº 09/2016 (P.J. de Novo Acordo);
- 26.15 E-doc nº 07010200019201811 – Inquérito Civil Público nº 17/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.16 E-doc nº 07010200076201817 – Inquérito Civil Público nº 09/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.17 E-doc nº 07010200795201811 – Inquérito Civil Público nº 14/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.18 E-doc nº 07010200897201837 – Inquérito Civil Público nº 06/2017 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.19 E-doc nº 07010201628201898 – Inquérito Civil Público nº 0104/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.20 E-doc nº 07010201540201876 – Inquérito Civil Público nº 17/2016 (8ª P.J. de Gurupi);
- 26.21 E-doc nº 07010196376201878 – Inquérito Civil Público nº 007/2016 (12ª P.J. de Araguaína);
- 26.22 E-doc nº 07010197556201877 – Inquérito Civil Público nº 003/2015 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.23 E-doc nº 07010197603201882 – Inquérito Civil Público nº 008/2017 (P.J. de Alvorada);
- 26.24 E-doc nº 07010197728201811 – Inquérito Civil Público nº 007/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.25 E-doc nº 07010197944201858 – Inquérito Civil Público nº 003/2015 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.26 E-doc nº 07010197947201891 – Inquérito Civil Público nº 003/2014 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.27 E-doc nº 07010198845201893 – Inquérito Civil Público nº 008/2014 (8ª P.J. de Gurupi);
- 26.28 E-doc nº 07010198851201841 – Inquérito Civil Público nº 0042017 (P.J. de Arapoema);
- 26.29 E-doc nº 07010198853201831 – Inquérito Civil Público nº 046/2016 (P.J. de Arapoema);
- 26.30 E-doc nº 07010198849201871 – Inquérito Civil Público nº 002/2017 (P.J. de Arapoema);
- 26.31 E-doc nº 07010198850201812 – Inquérito Civil Público nº 003/2017 (P.J. de Arapoema);
- 26.32 E-doc nº 07010199094201822 – Inquérito Civil Público nº 002/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.33 E-doc nº 07010199122201811 – Inquérito Civil Público nº 005/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.34 E-doc nº 07010199122201811 – Inquérito Civil Público nº 005/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.35 E-doc nº 07010198991201819 – Inquérito Civil Público nº 0012017 (1ª P.J. de Arraias);
- 26.36 E-doc nº 07010199325201814 – Inquérito Civil Público nº 017/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.37 E-doc nº 07010199319201841 – Inquérito Civil Público nº 013/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.38 E-doc nº 07010199350201881 – Inquérito Civil Público nº 001/2017 (7ª P.J. de Gurupi);
- 26.39 E-doc nº 07010199412201855 – Inquérito Civil Público nº 003/2012 (P.J. de Alvorada);
- 26.40 E-doc nº 07010199384201876 – Inquérito Civil Público nº 001/2012 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.41 E-doc nº 07010199690201811 – Inquérito Civil Público nº 009/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.42 E-doc nº 07010199688201833 – Inquérito Civil Público – Port. 004/2013 (12ª P.J. de Araguaína);
- 26.43 E-doc nº 07010199779201879 – Inquérito Civil Público nº 009/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.44 E-doc nº 07010199700201818 – Inquérito Civil Público nº 003/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.45 E-doc nº 07010199708201876 – Inquérito Civil Público nº 012/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.46 E-doc nº 07010199744201831 – Inquérito Civil Público nº 006/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.47 E-doc nº 07010199749201862 – Inquérito Civil Público nº 006/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.48 E-doc nº 07010199769201833 – Inquérito Civil Público nº 010/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.49 E-doc nº 07010199799201841 – Inquérito Civil Público nº 001/2017 (P.J. de Colinas);

- 26.50 E-doc nº 07010199824201895 – Inquérito Civil Público nº 001/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.51 E-doc nº 07010199796201814 – Inquérito Civil Público nº. 008/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.52 E-doc nº 07010199807201858 – Inquérito Civil Público nº 011/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.53 E-doc nº 07010199912201897 – Inquérito Civil Público nº 001/1993 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.54 E-doc nº 07010199959201851 – Inquérito Civil Público nº 001/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.55 E-doc nº 07010199960201885 – Inquérito Civil Público nº 002/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.56 E-doc nº 07010199963201819 – Inquérito Civil Público nº 003/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.57 E-doc nº 07010199972201818 – Inquérito Civil Público nº 024/2013 (6ª P.J. de Gurupi);
- 26.58 E-doc nº 07010200063201821 – Inquérito Civil Público nº 012/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.59 E-doc nº 07010200064201876 – Inquérito Civil Público nº 001/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.60 E-doc nº 07010200068201854 – Inquérito Civil Público nº 007/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.61 E-doc nº 07010200071201878 – Inquérito Civil Público nº 020/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.62 E-doc nº 07010200075201856 – Inquérito Civil Público nº 021/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.63 E-doc nº 07010200078201891 – Inquérito Civil Público nº 008/2016 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.64 E-doc nº 07010200400201881 – Inquérito Civil Público nº. 016/2016 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.65 E-doc nº 07010200546201826 – Inquérito Civil Público – nº 004/2016/2016 (2ª P. J. de Colinas);
- 26.66 E-doc nº 07010200551201839 – Inquérito Civil Público nº 015/2011 (2ª P.J. de Colinas);
- 26.67 E-doc nº 07010200784201831 – Inquérito Civil Público nº 001/2015 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.68 E-doc nº 07010200793201822 – Inquérito Civil Público nº 015/2016 (P.J. de Ponte Alta);
- 26.69 E-doc nº 07010201026201831 – Inquérito Civil Público nº 004/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.70 E-doc nº 07010201028201821 – Inquérito Civil Público nº 019/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.71 E-doc nº 07010201558201878 – Inquérito Civil Público nº 027/2014 (8ª P.J. de Gurupi);
- 26.72 E-doc nº 07010201531201885 – Inquérito Civil Público nº 007/2015 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.73 E-doc nº 07010201592201842 – Inquérito Civil Público nº 071/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.74 E-doc nº 07010201609201861 – Inquérito Civil Público nº 003/2016 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.75 E-doc nº 07010201642201891 – Inquérito Civil Público nº 016/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.76 E-doc nº 07010201525201828 – Inquérito Civil Público nº 019/2016 (8ª P.J. de Gurupi);
- 26.77 E-doc nº 07010201581201862 – Inquérito Civil Público nº 002/2015 (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.78 E-doc nº 07010201575201813 – Inquérito Civil Público nº 005/2016 (7ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.79 E-doc nº 07010201629201832 – Inquérito Civil Público nº 006/2014 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 26.80 E-doc nº 07010201701201821 – Inquérito Civil Público nº 002/2016 (3ª P.J. de Paraná);
- 27 Expedientes comunicando prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Administrativos/Preparatórios:
- 27.1 E-doc nº 07010196785201874 - Procedimento Administrativo nº 146/2013 (1ª P.J. de Augustinópolis);
- 27.2 E-doc nº 07010198415201871 – Procedimento Preparatório nº 2017.0002857, 2017.0002859, 2017.0002867 e 2017.0002856 (28ª P.J. da Capital);
- 27.3 E-doc nº 07010198447201877 – Procedimentos Preparatórios nº 2017.0002942, 2017.0002943, 2017.0002858 e 2017.0002855 (28ª P.J. da Capital);
- 27.4 E-doc nº 07010200018201877 – Procedimento Administrativo nº 06/2016 (7ª P.J. de Gurupi);
- 27.5 E-doc nº 07010200092201893 – Procedimentos Administrativos nº 03 e 04/2016 (7ª P.J. de Gurupi);
- 27.6 E-doc nº 07010197201201888 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000818 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 27.7 E-doc nº 07010197209201844 - Procedimento Preparatório nº 2017.0000741 (3ª P.J. de Porto Nacional);
- 27.8 E-doc nº 07010197492201812 – Procedimento Administrativo 308/2013 (2ª P.J. Augustinópolis);
- 27.9 E-doc nº 07010197528201851 – Procedimento Administrativo nº 452/2013 (2ª P.J. Augustinópolis);

- 28 Expedientes comunicando Instauração de Procedimentos Administrativos:
- 28.1 E-doc nº 07010197284201813 - Procedimento Administrativo nº 007/2017 (P.J. de Colméia – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva);
- 28.2 E-doc nº 07010196645201812 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003288 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
- 28.3 E-doc nº 07010197051201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000468 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.4 E-doc nº 07010197053201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000469 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.5 E-doc nº 07010197055201891 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000470 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.6 E-doc nº 07010197057201881 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000471 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.7 E-doc nº 07010197059201879 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000472 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.8 E-doc nº 07010197061201848 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000473 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.9 E-doc nº 07010197063201837 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000474 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.10 E-doc nº 07010197065201826 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000475 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.11 E-doc nº 07010197067201815 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000476 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.12 E-doc nº 07010198305201818 - Procedimento Administrativo nº 2017.0002325 (2ª P.J. de Dianópolis);
- 28.13 E-doc nº 07010196252201892 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002172 (P.J. de Arapoema);
- 28.14 E-doc nº 07010196424201828 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002245 (P.J. de Arapoema);
- 28.15 E-doc nº 07010196648201831 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003614 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
- 28.16 E-doc nº 07010196638201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000405 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 28.17 E-doc nº 07010196799201898 – Procedimento Administrativo nº 2017.0001584 – Portaria nº 0164/2018 (P.J. de Xambioá);
- 28.18 E-doc nº 07010196857201883 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000452 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.19 E-doc nº 07010196859201872 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000453 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.20 E-doc nº 07010197628201886 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000516 (GECEP);
- 28.21 E-doc nº 07010197607201861 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000496 (GECEP);
- 28.22 E-doc nº 07010197595201874 – Procedimento Administrativo nº 2017.0003909 (GECEP);
- 28.23 E-doc nº 07010197553201833 – Procedimento Administrativo nº 0193/2014 (2ª P.J. de Augustinópolis);
- 28.24 E-doc nº 07010197591201896 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000460 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.25 E-doc nº 07010197829201883 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000539 (1ª P.J. de Miranorte);
- 28.26 E-doc nº 07010197865201847 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000545 (20ª P.J. da Capital);
- 28.27 E-doc nº 07010197874201838 – Procedimento Administrativo nº 023/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.28 E-doc nº 07010197856201856 – Procedimento Administrativo nº 021/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.29 E-doc nº 07010197864201819 – Procedimento Administrativo nº 022/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.30 E-doc nº 07010198234201845 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000566 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.31 E-doc nº 07010198231201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000567 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.32 E-doc nº 07010197838201874 – Procedimento Administrativo nº 018/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.33 E-doc nº 07010198023201811 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002955 (P.J. de Araguaçu);

- 28.34 E-doc nº 07010198803201852 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004086 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.35 E-doc nº 07010198807201831 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004084 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.36 E-doc nº 07010198805201841 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004085 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.37 E-doc nº 07010199604201861 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004218 (P.J. de Almas);
- 28.38 E-doc nº 07010199597201814 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004217 (P.J. de Almas);
- 28.39 E-doc nº 07010199584201829 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004216 (P.J. de Almas);
- 28.40 E-doc nº 07010200111201881 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004210 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.41 E-doc nº 07010200137201821 – Procedimento Administrativo nº 2017.0001738 (P.J. de Itacajá);
- 28.42 E-doc nº 07010200954201888 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004370 (1ª P.J. de Taguatinga);
- 28.43 E-doc nº 07010201730201893 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004473 (21ª P.J. da Capital);
- 28.44 E-doc nº 07010201894201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004466 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.45 E-doc nº 07010201891201887 – Procedimento Administrativo nº 2018.0004462 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.46 E-doc nº 07010197011201861 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000447 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.47 E-doc nº 07010197045201855 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000465 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.48 E-doc nº 07010197047201844 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000466 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.49 E-doc nº 07010197049201833 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000467 (3ª P.J. de Araguaína);
- 28.50 E-doc nº 07010197294201841 - Procedimento Administrativo nº 008/2017 (P.J. Colméia);
- 28.51 E-doc nº 07010197300201861 - Procedimento Administrativo nº 009/2017 (P.J. Colméia);
- 28.52 E-doc nº 07010197313201839 - Procedimento Administrativo nº 010/2017 (P.J. Colméia);
- 28.53 E-doc nº 07010197482201879 - Procedimento Administrativo nº 011/2017 (P.J. Colméia);
- 28.54 E-doc nº 07010197500201812 - Procedimento Administrativo nº 012/2017 (P.J. Colméia);
- 28.55 E-doc nº 07010197505201845 - Procedimento Administrativo nº 014/2017 (P.J. Colméia);
- 28.56 E-doc nº 07010197548201821 - Procedimento Administrativo nº 015/2017 (P.J. Colméia);
- 28.57 E-doc nº 07010197580201814 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000513 (2ª P.J. Tocantinópolis);
- 28.58 E-doc nº 07010197586201883 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000418 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.59 E-doc nº 07010197830201816 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000540 (1ª P.J. de Miranorte);
- 28.60 E-doc nº 07010198494201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0007040 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 28.61 E-doc nº 07010198023201811- Procedimento Administrativo nº 2017.0002955 (P.J. de Araguaçu);
- 28.62 E-doc nº 07010198103201868 - Procedimento Administrativo nº 024/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.63 E-doc nº 07010198120201811 - Procedimento Administrativo nº 016/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.64 E-doc nº 07010198109201835 - Procedimento Administrativo nº 025/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.65 E-doc nº 07010198625201861 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004049 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.66 E-doc nº 07010198655201876 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004091 (3ª P.J. de Miracema);
- 28.67 E-doc nº 07010199423201835 - Procedimento Administrativo nº 013/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.68 E-doc nº 07010199437201859 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004200 (P.J. de Almas);
- 28.69 E-doc nº 07010199446201841 - Procedimento Administrativo nº 017/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.70 E-doc nº 07010199451201852 - Procedimento Administrativo nº 019/2017 (P.J. de Colméia);

- 28.71 E-doc nº 07010199459201819 - Procedimento Administrativo nº 020/2017 (P.J. de Colméia);
- 28.72 E-doc nº 07010199538201821 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004162 (8ª P.J. de Gurupi);
- 28.73 E-doc nº 07010199935201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004249 (P.J. de Almas);
- 28.74 E-doc nº 07010199961201821 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000168 (P.J. de Almas);
- 28.75 E-doc nº 07010199535201896 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000199 (6ª P.J. de Araguaína);
- 28.76 E-doc nº 07010200370201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004267 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.77 E-doc nº 07010200372201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004268 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.78 E-doc nº 07010200476201814 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004290 (22ª P.J. da Capital);
- 28.79 E-doc nº 07010200567201841 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004309 (2ª P.J. de Colinas);
- 28.80 E-doc nº 0701020056920183 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004310 (2ª P.J. de Colinas);
- 28.81 E-doc nº 07010200571201818 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004292 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.82 E-doc nº 07010200573201815 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004291 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.83 E-doc nº 07010200576201832 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004312 (2ª P.J. de Colinas);
- 28.84 E-doc nº 07010200574201843 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004311 (2ª P.J. de Colinas);
- 28.85 E-doc nº 07010200577201887 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004313 (2ª P.J. de Colinas);
- 28.86 E-doc nº 07010200601201888 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004317 (11ª P.J. de Araguaína);
- 28.87 E-doc nº 07010200566201813 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004308 (2ª P.J. de Colinas);
- 28.88 E-doc nº 07010200756201814 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004337 (P.J. de Arapoema);
- 28.89 E-doc nº 07010200758201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004338 (P.J. de Arapoema);

- 28.90 E-doc nº 07010200760201882 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004339 (P.J. de Arapoema);
- 28.91 E-doc nº 07010201094201816 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004340 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 28.92 E-doc nº 07010201159201815 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004362 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.93 E-doc nº 07010201165201864 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004361 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.94 E-doc nº 07010201177201899 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004360 (5ª P.J. de Araguaína);
- 28.95 E-doc nº 07010201583201851 - Procedimento Administrativo nº 2018.0003548 (21ª P.J. da Capital);
- 28.96 E-doc nº 07010201559201812 - Procedimento Administrativo nº 2018.0004453 (23ª P. J. da Capital);

29 Expedientes informando conversão de Procedimentos Preparatórios em Inquéritos Cíveis Públicos:

29.1 E-doc nº 07010196756201811 - Procedimento Preparatório nº 004/2014 em Inquérito Civil Público nº 004/2014 (P.J. de Araguaçu);

- 29.2 E-doc nº 07010196865201821 – Procedimento Preparatório nº 2017.0000456 em Inquérito Civil Público nº 2017.0000456 (6ª P.J. de Araguaína);
- 29.3 E-doc nº 07010198448201811 – Procedimento Preparatório nº 2017.0000605 em Inquérito Civil Público nº 2017.0000605 (6ª P.J. de Araguaína);
- 29.4 E-doc nº 07010198614201881 – Procedimento Preparatório nº 2017.0000604 em Inquérito Civil Público nº 2017.0000604 (P. J 6º de Araguaína);
- 29.5 E-doc nº 07010199427201813 – Procedimento Preparatório nº 012/2017 em Inquérito Civil Público nº 012/2017 (7ª P.J. de Gurupi).
- 29.6 E-doc nº 07010199908201829 – Procedimento Preparatório nº 02/2012 em Inquérito Civil Público nº 02/2012 (P.J. Wanderlândia);
- 29.7 E-doc nº 07010200031201826 – Procedimento Preparatório nº 015/2017 em Inquérito Civil Público nº 015/2017 (7ª P.J. de Gurupi);
- 29.8 E-doc nº 07010199246201897 – Procedimento Preparatório nº 077/2016 em Inquérito Civil Público

- nº 077/2016 (6ª P.J. de Araguaína);
- 29.9 E-doc nº 07010200741201856 – Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 027/2017 em Inquérito Civil Público nº 027/2017 (P.J. de Ponte Alta);
- 30 Expedientes comunicando Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas – ACP:
- 30.1 E-doc nº 07010196429201851 - Procedimentos Administrativos nº 2017.0003136 e 2017.0003812 (5ª P.J. de Araguaína);
- 30.2 E-doc nº 07010196430201885 - Inquérito Civil Público nº 021/2017 (P.J. de Alvorada);
- 30.3 E-doc nº 07010196771201851 – Inquérito Civil Público nº 006/2015 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 30.4 E-doc nº 07010197072201828 – Inquérito Civil Público nº 2017/1354 (22ª P.J. da Capital);
- 30.5 E-doc nº 07010196854201841 – Inquérito Civil Público nº 47/2016 (P.J. de Arapoema);
- 30.6 E-doc nº 07010196860201813 – Inquérito Civil Público nº 01/2018 (P.J. de Alvorada);
- 30.7 E-doc nº 07010196937201839 – Notícia de Fato nº 2017.0002084 (P. J de Itacajá);
- 30.8 E-doc nº 07010197995201881 – Inquérito Civil Público nº 37/2017 (P. J de Itacajá);
- 30.9 E-doc nº 07010198707201812 – Inquérito Civil Público nº 02/2017 (P. J 22º da Capital);
- 30.10 E-doc nº 07010199270201826 – Inquérito Civil Público nº 2017.0000630 (P. J Itacajá);
- 30.11 E-doc nº 07010199840201888 – Inquérito Civil Público nº 033/2012 (8ª P.J. de Gurupi);
- 30.12 E-doc nº 07010199834201821 - Procedimento Preliminar nº 12/2012 (P.J. de Novo Acordo);
- 30.13 E-doc nº 07010200079201834 – Inquérito Civil Público nº 065/2017 (P.J. de Itacajá);
- 30.14 E-doc nº 07010200857201895 – Procedimento Administrativo nº 0874/2017 (2ª P.J. de Pedro Afonso);
- 30.15 E-doc nº 07010200911201819 - Procedimento Preparatório nº 41/2015; Inquéritos Cíveis Públicos nº 52/2015; 56/2015; 57/2015; 58/2015; 60/2015, 62/2015; 63/2015; 64/2015; 65/2015; 66/2015;
- 67/2015; 68/2015; 70/2015 e 71/2015 (P.J. de Filadélfia);
- 30.16 E-doc nº 07010197718201877 - Inquérito Civil Público nº 005/2017 (P.J. de Ananás);
- 30.17 E-doc nº 07010197719201811 - Inquérito Civil Público nº 007/2016 (P.J. de Ananás);
- 30.18 E-doc nº 07010197825201811 – Procedimentos Administrativos nº 2017.0002320, 2017.0002477 e 2017.0003606 (5ª P.J. de Araguaína);
- 30.19 E-doc nº 07010198159201812 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 068/2016; 009/2017 (4ª P.J. de Paraíso);
- 30.20 E-doc nº 07010198362201899 - Inquérito Civil Público nº 013/2013 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 30.21 E-doc nº 07010198721201816 - Inquérito Civil Público nº 031/2014 (8ª P.J. de Gurupi);
- 30.22 E-doc nº 07010198798201888 – Procedimentos Administrativos nº 2017.0003135; 2017.0003137; 2017.0003583; 2017.0003588 e 2018.0000118 (5ª P.J. de Araguaína);
- 30.23 E-doc nº 07010198920201816 - Inquérito Civil Público nº 010/2014 (4ª P.J. de Porto Nacional);
- 30.24 E-doc nº 07010199226201816 - Inquérito Civil Público nº 011/2017 (P.J. de Itaguatins);
- 30.25 E-doc nº 07010199084201897 - Inquérito Civil Público nº 013/2017 (7ª P.J. de Gurupi);
- 30.26 E-doc nº 07010199415201899 - Procedimentos Administrativos nº 2018.0000285 e 2018.0000288 (5ª P.J. de Araguaína);
- 30.27 E-doc nº 07010198026201846 - Inquérito Civil Público nº 052/2017 (P.J. de Itacajá);
- 30.28 E-doc nº 07010199646201819 – Inquérito Civil Público nº 028/2017 (4ª P.J. de Paraíso);
- 30.29 E-doc nº 07010200447201844 – Procedimentos Administrativos nº 2018.0000461 e 2017.0002821 (5ª P.J. de Araguaína);
- 30.30 E-doc nº 07010200527201816 - Inquérito Civil Público nº 011/2014 (2ª P.J. Colinas);
- 30.31 E-doc nº 07010200523201811 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 060/2015 e 023/2016 (4ª P.J. de Paraíso);
- 30.32 E-doc nº 07010201055201819 – Inquérito Civil Público nº 054/2017 (5ª P.J. de Porto Nacional);
- 30.33 E-doc nº 07010201029201874 - Inquéritos Cíveis Públicos nº 037/2016 e 079/2016 (4ª P.J. Paraíso);

- 30.34 E-doc nº 07010201020201863 – Notícia de fato nº 2017.0003824 (1ª P.J. de Tocantinópolis);
- 30.35 E-doc nº 07010201213201814 - Inquérito Civil Público nº 055/2016 (9ª P.J. de Gurupi);
- 30.36 E-doc nº 07010201285201861 - Inquérito Civil Público nº 002/2016 (3ª P.J. de Colinas);
- 30.37 E-doc nº 07010199217201825 - Inquérito Civil Público nº 051/2015 (9ª P.J. de Gurupi);
- 31 Expedientes informando arquivamento/ finalização de Procedimentos Extrajudiciais sem remessa ao Conselho Superior:
- 31.1 E-doc nº 07010196284201898 - Procedimento Administrativo nº 2017.0001978 (22ª P.J. da Capital);
- 31.2 E-doc nº 07010196378201867 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000284 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.3 E-doc nº 07010197597201863 – Procedimento administrativo nº 05/2015 (P.J. de Alvorada);
- 31.4 E-doc nº 07010197760201898 – Procedimento Administrativo nº 02/2016 (9ª P.J. de Gurupi);
- 31.5 E-doc nº 07010197852201878 – Procedimento Administrativo nº 2017.0002556 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.6 E-doc nº 07010197855201811 – Procedimento Administrativo nº 2018.0000061 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.7 E-doc nº 07010199761201877 – Procedimento Administrativo nº 011/2016 (4ª P.J. de Colinas);
- 31.8 E-doc nº 07010199982201845 – Procedimento Administrativo nº 007/2015 (2ª P.J. de Colinas);
- 31.9 E-doc nº 07010195853201888- Procedimento Administrativo nº 047/2016 (P.J. de Araguacema);
- 31.10 E-doc nº 07010199089201811 - Procedimento Administrativo nº 005/2017 (4ª P.J. de Colinas);
- 31.11 E-doc nº 07010199216201881 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003852 (6ª P. J. de Porto Nacional);
- 31.12 E-doc nº 07010199238201841 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003852 (4ª P.J. de Colinas);
- 31.13 E-doc nº 07010199292201896 - Procedimento Administrativo nº 002/2009 (P.J. de Araguaçu);
- 31.14 E-doc nº 07010199238201841 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000286 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.15 E-doc nº 07010199521201872 - Procedimento Administrativo nº 2017.0003895 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.16 E-doc nº 07010199706201887 - Procedimento Administrativo nº 002/2015 (2ª P.J. de Colinas);
- 31.17 E-doc nº 07010199874201872 - Procedimento Administrativo nº 002/2017 (4ª P.J. de Colinas);
- 31.18 E-doc nº 07010199951201894 - Procedimento Administrativo nº 2018.00000196 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.19 E-doc nº 07010200451201811 - Procedimento Administrativo nº 2018.0000323 (5ª P.J. de Araguaína);
- 31.20 E-doc nº 07010200683201861 - Procedimento Administrativo nº 004/2015 (2ª P.J. de Colinas);
- 31.21 E-doc nº 07010201002201881 - Procedimento Administrativo nº 005/2015 (2ª P.J. de Colinas);
- 31.22 E-doc nº 07010201124201878 - Procedimento Administrativo nº 046/2016 (P.J. de Araguacema);
- 31.23 E-doc nº 07010199262201881– Notícia de Fato nº 2017.0002501 (P.J. de Itacajá);
- 32 Expediente comunicando Ajuizamento de Ação de Destituição do Poder Familiar:
- 32.1 E-doc nº 07010197559201819 – Procedimento Administrativo nº 291/2015 (2ª P.J. de Augustinópolis);
- 33 Expediente informando instauração de Notícia de Fato:
- 33.1 E-doc nº 07010198078201812 – Notícia de Fato nº 2018.0000572 (1ª P.J. Miranorte);
- 34 E-doc nº 07010199251201816 – Interessado: 3º Promotor de Justiça de Miracema. Assunto: Comunicação finalização do Procedimento Administrativo nº 2018.0004091 e instauração do Procedimento Preparatório nº 2018/0004170, contendo o mesmo objeto;
- 35 E-doc nº 07010197686201818 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Comunicação decisão de declínio de atribuição da Notícia de Fato nº 2018.0000126 à 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso;
- 36 E-doc nº 07010199083201842 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Comunicação decisão de declínio de atribuição do Inquérito Civil Público nº 2017.0001631 à Promotoria de Justiça de Peixe;
- 37 E-doc nº 07010199321201811 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Comunicação decisão de declínio de atribuição do Inquérito Civil Público nº 2017.0001040 à 21ª Promotoria da

Capital;
38 E-doc nº 07010195392201843 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Comunica decisão de declínio de atribuição do Inquérito Civil Público nº 021/2017 à Promotoria de Justiça de Cristalândia;

39 Apreciação de feitos:

39.1 Feitos da relatoria do Conselheiro Cleon Renaut de Melo Pereira:

39.1.1. Autos CSMP nº 866/2016 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça de Palmas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 001/2015 (2015.2.29.28.0001);

39.1.2. Autos CSMP nº 040/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 023/2014;

39.1.3. Autos CSMP nº 130/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 011/2014;

39.1.4. Autos CSMP nº 145/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.22.0001;

39.1.5. Autos CSMP nº 160/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 128/2015;

39.1.6. Autos CSMP nº 271/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 070/2013;

39.1.7. Autos CSMP nº 354/2017 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 010/2014;

39.1.8. Autos CSMP nº 389/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 071/2014;

39.1.9. Autos CSMP nº 476/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 053/2014;

39.1.10. Autos CSMP nº 516/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de

Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 271/2015;

39.1.11. Autos CSMP nº 540/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2014;

39.1.12. Autos CSMP nº 565/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Representação nº 047/2012;

39.1.13. Autos CSMP nº 591/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 064/2015;

39.1.14. Autos CSMP nº 621/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 003/2014;

39.2 Feitos da relatoria do Conselheiro Alcir Raineri Filho:

39.2.1. Autos CSMP nº 137/2017 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 019/2014;

39.2.2. Autos CSMP nº 177/2017 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2015;

39.2.3. Autos CSMP nº 182/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.22.0029;

39.2.4. Autos CSMP nº 552/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 048/2015;

39.2.5. Autos CSMP nº 577/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 005/2007;

39.2.6. Autos CSMP nº 603/2017 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 022/2015;

39.2.7. Autos CSMP nº 633/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de

- Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2016;
- 39.2.8. Autos CSMP nº 157/2018 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 067/2015;
- 39.2.9. Autos CSMP nº 274/2018 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 047/2015;
- 39.3 Feitos da relatoria do Conselheiro João Rodrigues Filho:
- 39.3.1. Autos CSMP nº 636/2016 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Procedimento Preparatório nº 03/2010;
- 39.3.2. Autos CSMP nº 830/2016 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 031/2012;
- 39.3.3. Autos CSMP nº 094/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 038/2010;
- 39.3.4. Autos CSMP nº 133/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Investigatório Preliminar nº 07/2011;
- 39.3.5. Autos CSMP nº 153/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2015;
- 39.3.6. Autos CSMP nº 276/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2014;
- 39.3.7. Autos CSMP nº 315/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016/15346;
- 39.3.8. Autos CSMP nº 320/2017 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 054/2015;
- 39.3.9. Autos CSMP nº 330/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 175/2014;
- 39.3.10. Autos CSMP nº 352/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 30/2015;
- 39.3.11. Autos CSMP nº 369/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 008/2014;
- 39.3.12. Autos CSMP nº 399/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 006/2012;
- 39.3.13. Autos CSMP nº 404/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2016.2.29.22.0078;
- 39.3.14. Autos CSMP nº 409/2017 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2013;
- 39.3.15. Autos CSMP nº 414/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 019/2014;
- 39.3.16. Autos CSMP nº 419/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 011/2016;
- 39.3.17. Autos CSMP nº 429/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 010/2016;
- 39.3.18. Autos CSMP nº 434/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preliminar nº 001/2010;
- 39.3.19. Autos CSMP nº 449/2017 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 19807/2010;
- 39.3.20. Autos CSMP nº 454/2017 – Interessado: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 37/2016;
- 39.3.21. Autos CSMP nº 459/2017 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da

- | | |
|--|--|
| <p>Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2008.2.29.25.0064;</p> <p>39.3.22. Autos CSMP nº 464/2017 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 025/2015;</p> <p>39.3.23. Autos CSMP nº 479/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo Preparatório nº 16/2017 (2015/4979);</p> <p>39.3.24. Autos CSMP nº 484/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 043/2016;</p> <p>39.3.25. Autos CSMP nº 504/2017 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2015.2.29.24.0133;</p> <p>39.3.26. Autos CSMP nº 519/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 174/2014;</p> <p>39.3.27. Autos CSMP nº 524/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 075/2013;</p> <p>39.3.28. Autos CSMP nº 529/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório s/nº;</p> <p>39.3.29. Autos CSMP nº 563/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Representação nº 24/2012;</p> <p>39.3.30. Autos CSMP nº 594/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 23/2016;</p> <p>39.3.31. Autos CSMP nº 599/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 033/2015;</p> <p>39.3.32. Autos CSMP nº 604/2017 –</p> | <p>Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Representação nº 38/2012;</p> <p>39.3.33. Autos CSMP nº 609/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 06/2014;</p> <p>39.3.34. Autos CSMP nº 624/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Colinas. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 07/2014;</p> <p>39.3.35. Autos CSMP nº 629/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2013.6.29.23.0019;</p> <p>39.3.36. Autos CSMP nº 634/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Miranorte. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 08/2015;</p> <p>39.3.37. Autos CSMP nº 644/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 326/2016;</p> <p>39.3.38. Autos CSMP nº 677/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento das Peças de Informação s/nº 2008;</p> <p>39.3.39. Autos CSMP nº 692/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público nº 06/2015;</p> <p>39.3.40. Autos CSMP nº 697/2017 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016/17424;</p> <p>39.3.41. Autos CSMP nº 712/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 16/2016;</p> <p>39.3.42. Autos CSMP nº 717/2017 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 53/2013;</p> <p>39.3.43. Autos CSMP nº 749/2017 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 49/2015;</p> |
|--|--|

- 39.3.44. Autos CSMP nº 756/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.23.0076;
- 39.3.45. Autos CSMP nº 764/2017 – Interessado: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório nº 66/2015;
- 39.3.46. Autos CSMP nº 795/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 297/2015;
- 39.3.47. Autos CSMP nº 864/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Filadélfia. Assunto: Declínio de Atribuição na Notícia de Fato nº 001/2016;
- 39.3.48. Autos CSMP nº 894/2017 – Interessado: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento Procedimento Preparatório nº 23/2016;
- 39.3.49. Autos CSMP nº 906/2017 – Interessado: 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 05/2015;
- 39.3.50. Autos CSMP nº 1077/2017 - Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 2016/18265;
- 39.3.51. Autos CSMP nº 1080/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 05/2016;
- 39.3.52. Autos CSMP nº 057/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Goiatins. Assunto: Promoção de Declínio de Atribuição da Notícia de Fato nº 57/2015;
- 39.3.53. Autos CSMP nº 058/2018 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 006/2013;
- 39.3.54. Autos CSMP nº 064/2018 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de fato nº 2013/20765;
- 39.3.55. Autos CSMP nº 404/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arraias.
- Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 001/2016;
- 39.3.56. E-Ext. nº 2017.0000277 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2017.0000277;
- 39.3.57. E-Ext. nº 2017.0001413 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2017.0001413;
- 39.3.58. E-Ext. nº 2017.0001464 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2017.0001464;
- 39.3.59. E-Ext. nº 2017.0001653 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de declínio de atribuição da Notícia de Fato nº 2017.0001653;
- 39.4 Feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu:
- 39.4.1. Autos CSMP nº 106/2016 – Interessada: Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 072/2015;
- 39.4.2. Autos CSMP nº 118/2016 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 019/2014;
- 39.4.3. Autos CSMP nº 128/2016 – Interessada: 2ª Promotoria de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 001/2011;
- 39.4.4. Autos CSMP nº 014/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 008/2016;
- 39.4.5. Autos CSMP nº 029/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 008/2014;
- 39.4.6. Autos CSMP nº 083/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 065/2015;
- 39.4.7. Autos CSMP nº 095/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de

- Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 026/2015;
- 39.4.8. Autos CSMP nº 119/2017 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 015/2015;
- 39.4.9. Autos CSMP nº 134/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil nº 001/2015;
- 39.4.10. Autos CSMP nº 164/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Paranã. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 002/2016;
- 39.4.11. Autos CSMP nº 196/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 278/2015;
- 39.4.12. Autos CSMP nº 201/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 293/2015;
- 39.4.13. Autos CSMP nº 206/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 270/2015;
- 39.4.14. Autos CSMP nº 211/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 219/2014;
- 39.4.15. Autos CSMP nº 216/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 238/2015;
- 39.4.16. Autos CSMP nº 221/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 224/2014;
- 39.4.17. Autos CSMP nº 226/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 280/2015;
- 39.4.18. Autos CSMP nº 231/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 087/2013;
- 39.4.19. Autos CSMP nº 236/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 230/2015;
- 39.4.20. Autos CSMP nº 241/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 220/2014;
- 39.4.21. Autos CSMP nº 246/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 210/2014;
- 39.4.22. Autos CSMP nº 251/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 127/2013;
- 39.4.23. Autos CSMP nº 257/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 08127.000374/99-88;
- 39.4.24. Autos CSMP nº 262/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 082/2007;
- 39.4.25. Autos CSMP nº 267/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 025/2012;
- 39.4.26. Autos CSMP nº 272/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 167/2014;
- 39.4.27. Autos CSMP nº 277/2017 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2012.2.29.22.0044;
- 39.4.28. Autos CSMP nº 286/2017 –

- Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 003/2008;
- 39.4.29. Autos CSMP nº 534/2017 – Interessada: Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GECEP. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 002/2012;
- 39.4.30. Autos CSMP nº 559/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2009.3.29.25.0016;
- 39.4.31. Autos CSMP nº 610/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 019/2016;
- 39.5 Feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra:
- 39.5.1. Autos CSMP nº 113/2016 – Interessada: Promotoria de Justiça de Miranorte. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 024/2012-B;
- 39.5.2. Autos CSMP nº 120/2016 – Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 014/2015;
- 39.5.3. Autos CSMP nº 102/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Itaguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 002/2015;
- 39.5.4. Autos CSMP nº 126/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 002/2011;
- 39.5.5. Autos CSMP nº 171/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 068/2015;
- 39.5.6. Autos CSMP nº 203/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 288/2015;
- 39.5.7. Autos CSMP nº 208/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 207/2014;
- 39.5.8. Autos CSMP nº 213/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 241/2015;
- 39.5.9. Autos CSMP nº 218/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 141/2014;
- 39.5.10. Autos CSMP nº 223/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 258/2015;
- 39.5.11. Autos CSMP nº 228/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 266/2015;
- 39.5.12. Autos CSMP nº 233/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 211/2014;
- 39.5.13. Autos CSMP nº 243/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 222/2014;
- 39.5.14. Autos CSMP nº 248/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 194/2014;
- 39.5.15. Autos CSMP nº 254/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Pium. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº 001/2014;
- 39.5.16. Autos CSMP nº 259/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Filadélfia. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 21/2015;
- 39.5.17. Autos CSMP nº 264/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 031/2011;
- 39.5.18. Autos CSMP nº 269/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de

- Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 063/2013;
- 39.5.19. Autos CSMP nº 274/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 74/2015;
- 39.5.20. Autos CSMP nº 279/2017 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 007/2014;
- 39.5.21. Autos CSMP nº 288/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 004/2009;
- 39.5.22. Autos CSMP nº 298/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 050/2014;
- 39.5.23. Autos CSMP nº 303/2017 - Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 024/2014;
- 39.5.24. Autos CSMP nº 308/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 035/2014;
- 39.5.25. Autos CSMP nº 313/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 021/2015;
- 39.5.26. Autos CSMP nº 328/2017 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 017/2015;
- 39.5.27. Autos CSMP nº 333/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 174/2014;
- 39.5.28. Autos CSMP nº 360/2017 – Interessada: Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 001/2008;
- 39.5.29. Autos CSMP nº 380/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 13/2014
- (2014/11246);
- 39.5.30. Autos CSMP nº 390/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 009/2015;
- 39.5.31. Autos CSMP nº 417/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 064/2016;
- 39.5.32. Autos CSMP nº 422/2017 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 043/2016;
- 39.5.33. Autos CSMP nº 442/2017 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 034/2014;
- 39.5.34. Autos CSMP nº 467/2017 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Preparatório nº 188/2014;
- 39.5.35. Autos CSMP nº 492/2017 - Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento da Peça de Informação nº 006/2010;
- 39.5.36. Autos CSMP nº 522/2017 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Procedimento Administrativo nº 244/2015;
- 39.5.37. Autos CSMP nº 546/2017 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 008/2014;
- 39.5.38. Autos CSMP nº 571/2017 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 004/2015;
- 39.5.39. Autos CSMP nº 597/2017 - Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento da Notícia de Fato nº 2016.04.4.0002;
- 39.5.40. Autos CSMP nº 627/2017 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 001/2016;

39.5.41. Autos CSMP nº 340/2018 – Interessada: Promotoria de Justiça de Axixá. Assunto: Declínio de Atribuição do Inquérito Civil Público nº 018/2017;

39.5.42. Autos E-Ext. nº 2017.0001425 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Recurso de Indeferimento da Notícia de Fato nº 2017.0001425;

40 Outros Assuntos

40.1 E-doc nº 07010216571201821 – Interessada: Promotora de Justiça Maria Cotinha Bezerra Pereira. Assunto: Resposta a Ofício Circular CSMP nº 001/2018, que trata do acompanhamento das licenças de membros para participação em cursos de aperfeiçoamento (Secretário José Demóstenes de Abreu);

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 15 de março de 2018.

José Omar de Almeida Júnior

Presidente do CSMP/TO

Em exercício

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

Portaria de Instauração - ICP/0418/2018

Processo: 2018.0004100

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu Promotor de Justiça infra-assinado, no uso de suas atribuições previstas na Constituição Federal (artigo 129, inc. III), na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inc. I) e na Lei Complementar Estadual nº 51/2008, e:

CONSIDERANDO a Notícia de Fato n. 2018.0004100, na qual consta Ofício n. 795/2018, encaminhado pelo Juiz de Direito, Dr. Elias Rodrigues dos Santos, contendo cópia da Portaria MS n. 3.090/2011, que dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), bem como solicitando providências objetivando implantação de tais serviços nos municípios abrangentes à Comarca de Gurupi/

TO, tendo em vista a grande relevância social que reveste o caso em questão;

CONSIDERANDO que o art. 196, da CF/1988, dispõe que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

CONSIDERANDO que o serviço de saúde pública é essencial, estando a sua eficiência diretamente relacionada à preservação do bem vida;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado do Tocantins tem recebido notícias de que pessoas portadoras de transtornos mentais encontram-se em situação de risco, em razão da falta de estrutura familiar para acolhê-las e da ausência, até hoje, de Residências Terapêuticas no Município de Gurupi/TO;

CONSIDERANDO que o portador de doença mental não pode permanecer desamparado, mormente quando sem qualquer acesso a sua família e sem possuir condições de prestar informações a esse respeito;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelos serviços de relevância pública assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à garantia da prestação de ditos serviços com eficiência e de forma continuada; RESOLVE:

Instaurar o INQUÉRITO CIVIL, com o objetivo de se apurar “a falta de implantação do Serviço de Residência Terapêutica (SRT) no Município de Gurupi”, determinando, desde logo, o que se segue:

I) Oficie-se à Secretaria de Saúde de Gurupi, com cópia desta Portaria, requisitando, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, o seguinte: a) esclarecimentos, bem como comprovação documental de medidas que foram e/ou estão sendo adotadas para implantar e implementar o Serviço Residencial Terapêutico (SRT) no Município de Gurupi; b) o valor dos recursos que foram recebidos, pelo Município de Gurupi, até o presente momento, para custeio de implantação e de manutenção de eventual SRT; c) demais informações correlatas;

II) Oficie-se às casas geriátricas localizadas nesta cidade, com cópia da portaria, requisitando-lhes, no prazo de 15 dias, informação se estão abrigando pessoas portadoras de sofrimento mental juntamente com idosos, descrevendo, se positivo, os respectivos nomes e a data de entrada dos mesmos nas casas;

III) Oficie-se à Diretora Geral do HRG, com cópia da portaria,

requisitando-lhe, no prazo de 15 dias, o seguinte: a) informação acerca de pacientes com transtornos mentais que permanecem no hospital por longo período devido à falta de amparo familiar e/ou local para ser abrigado; b) demais informações correlatas;

IV) Afixe-se cópia da presente Portaria no placard da sede das Promotorias de Justiça de Gurupi, pelo prazo de 30 (trinta) dias;

V) comunique-se o Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins acerca da instauração do presente, e solicite-se publicação da portaria na Área Operacional de Publicidade de Atos Oficiais do MPTO

VI) Após, conclusos.

Fica nomeado para secretariar os trabalhos desenvolvidos no presente Procedimento o Analista ou Técnico Ministerial lotado nas Promotorias de Justiça de Gurupi, o qual deverá firmar o respectivo termo de compromisso e juntá-lo aos autos.

Autue-se, registre-se, cumpra-se.

GURUPI, 14 de Março de 2018

Documento assinado por meio eletrônico
MARCELO LIMA NUNES
06ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, titular da 8ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi/TO, atendendo ao disposto no art. 10, § 1º, da Resolução n.º 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e do artigo 21, § 2º, da Resolução n.º 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, dá ciência a quem possa interessar, acerca da decisão abaixo. Esclarecendo que, o Processo 2017.0001427 será encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público/TO, e, até a data de sua sessão, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento em referência, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do reportado inquérito civil.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo: 2017.0001427

Trata-se de Inquérito Civil Público, tendo por objeto apurar eventual acumulação de cargos públicos e recebimento de salários sem a devida contraprestação laboral por Walquíria Maciel Cordeiro, em suposta afronta ao art. 37, inciso XVI da Constituição Federal.

Objetivando a instrução do feito, requisitou-se da Secretaria de Administração do Estado do Tocantins e da Secretaria de Saúde do Município de Crixás do Tocantins, diversas informações e documentos pertinentes ao caso, em resposta, os órgãos destinatários encaminharam à promotoria os devidos esclarecimentos e documentos (eventos 4 e 7).

Aportou ao feito, ainda, denúncia anônima conexa (evento 10).

É o relatório necessário.

Após detida análise dos autos, restei convencido de que a conduta da investigada não se amoldou a nenhum dos tipos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92.

Com efeito, não vislumbrei acúmulo ilegal de cargos públicos pela investigada, tendo em vista que, com arrimo no art. 37, inciso XVI, alínea "c" da Constituição Federal, a mesma ocupou tão somente dois cargos públicos privativos de profissionais da saúde (enfermeira junto ao Governo do Estado do Tocantins, encontrando-se cedida ao Município de Crixás do Tocantins) e enfermeira do Município de Crixás do Tocantins, havendo entre estes dois cargos aparente compatibilidade de horários, tendo em vista que as cargas horárias semanais laboradas totalizavam 64h, revelando-se plenamente possível, no plano fático, a conciliação entre ambos, em razão das datas e horários dos respectivos plantões.

Nesse sentido é o teor das folhas de frequência da investigada, que comprovam que laborou, no mês de junho de 2017, entre as segundas e sextas-feiras, na Unidade Básica da Saúde da Família de Crixás/TO, das 07h às 16h, como enfermeira cedida pelo Estado do Tocantins, e das 16h às 20h, como enfermeira do Município de Crixás do Tocantins.

Consta dos autos, ainda, documento que comprova que, até o dia 01º/06/2017, ou seja, antes de iniciar suas funções como enfermeira, pelo Município de Crixás, a investigada estava a ocupar o cargo comissionado de diretora de enfermagem, subtendendo-se, do cotejo com outros documentos, que cumulava este cargo com o de enfermeira cedida pelo Estado do Tocantins. Tal situação, de cumulação de um cargo privativo de profissional da saúde com outro comissionado, também na área do saúde pública, é vedada pelo art. 28, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.080/90. Ocorre que, conforme se disse em linhas pretéritas, a investigada fora exonerada do cargo comissionado em 01º/06/2017, por ato da Secretária de Saúde, tendo a situação de ilegalidade, portanto,

sido afastada.

Quanto a denúncia anônima conexa, inserta no evento 10, que provavelmente partiu do representante anônimo que ensejou a deflagração deste inquérito civil, forçoso concluir que se baseia em meras especulações, não fundadas em início de prova documental, ademais não cita testemunhas que conheçam dos fatos (suposto privilégio na fruição de férias), não havendo justa causa, portanto, que nos legitime ao aprofundamento da investigação neste particular. Aliás, quanto a esta denúncia, parece estar o seu autor movido por espírito emulativo, porquanto implica infundadamente com a investigada, incomodado está, por exemplo, com o fato da investigada levar “um padrão de vida bem confortável e deixar isso explícito em grupos sociais de whatsapp e facebook”.

Ora, os documentos oficiais jungidos ao caderno investigativo demonstram que a investigada ganha mais de R\$ 10.000,00 de salários, com os seus dois públicos, fato este que nos autoriza a concluir que certamente tem um bom padrão de vida em uma cidade interiorana e pequena como Crixás/TO, e isso não é proibido, porque o dinheiro não é roubado, sendo direito da investigada levar a vida que quiser com tais recursos, não devendo o denunciante ocupar o precioso tempo do Ministério Público com tais bobagens.

Destarte, tendo em vista que não se verificou acumulação ilegal de cargos públicos e nem incompatibilidade de horários e, ademais, tendo em vista a correção espontânea, pela administração pública, de ilegalidade anterior, consistente em acúmulo de cargo comissionado com cargo efetivo, ambos na seara da saúde pública, não vislumbro justa causa para propositura de ação, por isso, hei por bem me abster de responsabilizar judicialmente a investigada e/ou seu (s) superiores hierárquicos.

Diante do exposto, promovo o **arquivamento** do presente procedimento e submeto minha decisão à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e 21, §2º, da Resolução n.º 003/08/CSMP/TO.

Cientifiquem-se os interessados **Município de Crixás do Tocantins, Walquíria Maciel Cordeiro** e, ainda, o **denunciante anônimo**, este último através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do MPE.

Após, remetam-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, observado o prazo previsto no artigo 9º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, anotando-se em livro próprio.

GURUPI, 09 de Março de 2018

Documento assinado por meio eletrônico

ROBERTO FREITAS GARCIA

08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIUM

Portaria de Instauração - ICP/0408/2018

Processo: 2017.0002704

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, representado por sua Promotora de Justiça que abaixo assina, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, e art. 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985, INSTAURA o presente procedimento preliminar em decorrência do seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem como função a defesa dos interesses difusos (art. 127 da Constituição Federal) e que o patrimônio público e a probidade administrativa enquadram-se dentre esses interesses (art. 129, inciso III da Constituição Federal).

CONSIDERANDO que o processo licitatório é a forma de garantir que a Administração Pública observa os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, dentre outros, na contratação com terceiros.

CONSIDERANDO a informação anônima encaminhada inicialmente ao Ministério Público Federal e, posteriormente ao MPE/TO, teria ocorrido fraude quanto ao procedimento de dispensa de licitação para contratação de combustíveis envolvendo a Câmara Municipal de Pium e o posto de combustíveis RODRIGUES BLAYA E BLAYA LTDA.

Baixa-se a presente PORTARIA, com fulcro no art. 129, inciso III e art. 196, ambos da Constituição Federal, art. 8º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85, para dar início a INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, visando à apuração das responsabilidades e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais necessárias a fim de verificar a ocorrência de ilicitude que justifique responsabilidade civil do Presidente da Câmara de Vereadores em janeiro de 2017 e da empresa RODRIGUES BLAYA E BLAYA LTDA., bem como promover a coleta de informações e demais diligências para posterior instauração de ação civil pública ou arquivamento do procedimento, nos termos da lei.

Isto posto, é a presente investigação para determinar inicialmente:

- 1- Designo o Técnico Ministerial, o Sr. Mário Gomes Araújo Júnior, para exercer a função de secretário.
- 2- Certifique-se quem era o Presidente da Câmara em janeiro de 2017 e o inclua como investigado neste procedimento, bem como a pessoa jurídica RODRIGUES BLAYA E BLAYA LTDA.
- 3- Após, requisite-se da Câmara Municipal cópia de todo o procedimento licitatório ou de dispensa de licitação envolvendo aquisição de combustíveis que tenha sido realizado entre outubro de 2016 e julho de 2017, no prazo de quinze dias.
- 4- Afixe-se cópia da portaria no placar da Promotoria de Justiça, conferindo-lhe publicidade.

Pium, 13 de março de 2018.

Munique Teixeira Vaz
Promotora de Justiça